Requalificar os espaços mínimos de uma ilha na Rua de São Vítor no Porto

Nuno da Silva Fernandes

UMinho | 2026



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Nuno da Silva Fernandes

Requalificar os espaços mínimos de uma ilha na Rua de São Vítor no Porto

junho de 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Nuno da Silva Fernandes

Requalificar os espaços mínimos de uma ilha na Rua de São Vítor no Porto

Trabalho de Projeto
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel do Couto Ramos Capela

junho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o carinho, apoio e dedicação. Pelo orgulho, paciência e incentivo constante. Obrigado por acreditarem sempre em mim, mesmo nos momentos em que eu próprio duvidei. Foram sempre o meu maior suporte ao longo deste caminho, acompanhando cada etapa, cada conquista, cada dificuldade.

Ao meu irmão, por me aturar diariamente, por levar comigo nos momentos mais difíceis e também nos mais caóticos e por nunca deixar faltar as brincadeiras, a paciência e a companhia.

À restante família, por todo o carinho, incentivo e apoio demonstrado ao longo destes anos.

Ao Professor José Capela, pela disponibilidade, orientação e acompanhamento ao longo do desenvolvimento deste trabalho, bem como pelos ensinamentos e partilha de conhecimento que contribuíram para a minha formação académica.

Ao Marco, dos maiores amigos que levo deste percurso, pela amizade, companheirismo e apoio constante. Entre trabalhos, noitadas, stresses, risos e memórias que ficarão para sempre, obrigado também por me aturares e levares comigo durante todos estes anos.

À Lara e à Marques, pela amizade construída ao longo destes anos, pela partilha constante, pelos momentos únicos vividos na universidade e por todas as memórias que ficarão para sempre guardadas.

Aos meus amigos de sempre, pelo apoio incondicional, pela amizade verdadeira e por todos os momentos de alegria e diversão que partilhámos juntos.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram ao meu lado ao longo destes anos, o meu sincero obrigado

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Ética e Conduta da Universidade do Minho

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Ética e Conduta da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

RESUMO

As ilhas operárias configuram-se como um dos elementos mais paradigmáticos da habitação popular da cidade do Porto. Assumem-se como evidências das mutações urbanas, sociais e económicas associadas ao processo de industrialização.

Face ao contexto atual, muitos destes aglomerados habitacionais apresentam, apesar da sua relevância histórica, degradação física e/ou abandono, levantando questões sobre a sua permanência e integração na cidade atual.

Considerando as sucessivas intervenções na ilha, a evolução dos modos de habitar e os seus entraves ao modelo habitacional original, surge o presente trabalho que incide sobre uma ilha localizada na Rua de São Vítor, no núcleo histórico das Fontainhas, no Porto.

A investigação culmina numa proposta de intervenção que reinterpreta a ilha enquanto modelo habitacional contemporâneo. Desta forma, delineia-se uma estratégia de intervenção que valorize a dimensão coletiva do espaço, a relação entre a esfera doméstica e a coletiva e a flexibilidade programática dos fogos habitacionais em casas de dimensões mínimas. Mais do que preservar uma estrutura histórica, a investigação procura demonstrar de que forma a requalificação destas casas pode constituir uma oportunidade para recuperar formas de habitar assentes na proximidade, na partilha e na valorização dos recursos existentes, contribuindo para a construção de respostas habitacionais mais flexíveis e integradas na cidade.

Palavras-chave: “Ilhas” do Porto, Espaços Mínimos, Flexibilidade

ABSTRACT

The workers' housing estates, commonly known as "ilhas", stand as one of the most emblematic features of low-income housing in the city of Porto. They bear witness to the urban, social, and economic changes associated with the industrialization process.

Given the current context, many of these housing clusters, despite their historical significance, are physically dilapidated and abandoned, raising questions about their continued existence and integration into the modern city.

Considering the successive interventions on the "ilha", the evolution of living patterns, and the obstacles to the original housing model, this study focuses on an "ilha" located on Rua de São Vítor in the historic district of Fontainhas, in Porto.

The research culminates in a proposal for an intervention that reinterprets the block as a contemporary housing model. Thus, an intervention strategy is outlined that values the collective dimension of the space, the relationship between the domestic and collective spheres, and the programmatic flexibility of housing units in small-scale dwellings. More than simply preserving a historic structure, the research seeks to demonstrate how the redevelopment of these houses can serve as an opportunity to revive ways of living based on proximity, sharing, and the enhancement of existing resources, contributing to the creation of more flexible housing solutions that are fully integrated into the city.

Keywords: "Ilhas" of Porto, Minimum Spaces, Flexibility

ÍNDICE

RESUMO v

ABSTRACT vi

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1| AS ILHAS DO PORTO: CONTEXTO HISTÓRICO E URBANO. 13

1.1| Contextualização da habitação operária no Porto 13

1.1.1| As ilhas como resposta à habitação operária 15

1.2| Processos de desocupação e consequente abandono das ilhas 19

1.3| Contextualização de uma ilha na rua de São Vítor 23

CAPÍTULO 2| MORFOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES DA ILHA AO LONGO DO TEMPO. 27

2.1| Análise crítica: evolução morfológica da ilha 27

2.1.1| A ilha no período da revolução industrial no seculo XIX 29

2.1.2| A ilha no ano de 1941 31

2.1.3| A ilha na atualidade 35

CAPÍTULO 3| ESTRATÉGIA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 39

3.1| Estratégias e âmbitos para a requalificação da ilha 39

3.2| Modelos de Referência na Rua de São Vítor: Continuidade Crítica e Reinterpretação da Ilha ... 43

3.3| Reestruturação do espaço doméstico e coletivo: Habitação flexível e qualidade espacial. 47

CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

INDÍCE DE IMAGENS 53

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 55

INTRODUÇÃO

A habitação operária na cidade do Porto, ao longo do século XIX, sofreu transformações urbanas, sociais e económicas profundas, sobretudo face ao processo de industrialização, o que desencadeou um crescimento exponencial da cidade atraindo um grande número de trabalhadores provenientes do meio rural.

> "As ilhas surgiram como uma resposta ao aumento da procura de habitação de baixo custo. Só começaram a ser construídas após a saturação dos velhos edifícios do centro histórico e quando a crescente imigração para a cidade do Porto exigiu uma nova solução para abrigar a classe trabalhadora, com modestos recursos económicos." [1]

Esse processo de industrialização originou uma forte pressão sobre o tecido urbano da cidade, que culminou no desenvolvimento de novas soluções em resposta à crise da habitação operária. É neste contexto que surgem as ilhas, implantadas maioritariamente no interior dos quarteirões urbanos,

[1] MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria – "As Ilhas do Porto: Lugares de Resistência". [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, 2009.

construídas com o propósito de garantir, à população trabalhadora, espaços de habitação próximos das principais áreas industriais.

Embora historicamente estigmatizadas pela precariedade das suas condições de habitabilidade, desempenharam um papel fulcral na estruturação da habitação popular do Porto, assumindo-se, assim, sob as perspetivas arquitetónica, social e cultural, como uma das expressões mais emblemáticas da cidade. Gradualmente, estas estruturas consolidaram-se não apenas como vestígios materiais da habitação operária, mas também como reflexos da segregação socioespacial e das assimetrias na ocupação do território. Até aos dias de hoje, as ilhas persistem como elementos fundamentais da memória coletiva portuense, espelhando, assim, a morfologia dos espaços domésticos e as dinâmicas sociais intrínsecas a uma cidade em constante transformação.

Neste contexto, o presente trabalho de projeto centra-se numa das ilhas operárias da Rua de São Vítor, na zona das Fontainhas, na cidade do Porto, um território historicamente marcado pela forte presença de habitação operária e pela elevada concentração deste tipo de estruturas. A investigação deste objeto de estudo parte da análise das suas transformações tanto urbanas, como arquitetónicas e sociais, ao longo do tempo. A escolha deste conjunto específico resulta não só da sua singularidade morfológica, como da sua relação direta com o espaço público. Assim, a partir deste caso, é possível compreender problemáticas existentes, tais como os processos de degradação, abandono e de transformação associados às mudanças dos modos de habitar contemporâneos, que são comuns em várias ilhas existentes na cidade.

O presente trabalho de projeto tem, como principal objetivo, desenvolver uma reflexão crítica sobre as potencialidades de reabilitação e reinterpretação da ilha, enquanto modelo habitacional contemporâneo. Pretende-se, também, compreender de que forma, nos dias de hoje, estas estruturas históricas podem ser valorizadas enquanto património urbano e social. Paralelamente, procura-se analisar a importância da dimensão coletiva e das relações de proximidade que, historicamente, caracterizaram estes conjuntos, explorando estratégias capazes de adaptar estas estruturas às necessidades atuais do habitar contemporâneo.

A metodologia adotada ao longo da investigação desenvolveu-se em diferentes etapas desde o trabalho de análise e investigação, a consulta de documentação histórica e o trabalho de campo. Numa primeira fase, realizou-se um exercício conjunto, no âmbito da unidade curricular de atelier integrado que proporcionou uma reflexão acerca das potencialidades e fragilidades associadas às ilhas operárias bem como às possibilidades de intervenção nestes locais. Posteriormente, procedeu-se ao desenvolvimento de trabalho de campo, através de visitas ao local, entrevistas a residentes, observação *in situ* da ilha em

estudo, levantamento fotográfico e análise morfológica do conjunto e da sua relação com o tecido urbano envolvente.

A investigação organizar-se-á, deste modo, em três capítulos principais que seguirão uma estrutura clara, desde momentos de análise, crítica e proposta de intervenção. O primeiro capítulo irá abordar o contexto histórico e urbano das ilhas do Porto, analisando o modo como emergiu a habitação operária, os processos de desocupação e abandono e a contextualização da ilha em estudo. No segundo capítulo desenvolver-se-á uma análise morfológica e das sucessivas modificações da ilha, observadas em diferentes períodos da sua evolução. Por último, o terceiro capítulo irá explorar possibilidades de requalificação, reorganização do espaço coletivo e melhoria das condições habitacionais, procurando assim, introduzir uma estratégia de intervenção, capaz de requalificar a ilha enquanto modelo do habitar contemporâneo.

CAPÍTULO 1 | AS ILHAS DO PORTO: CONTEXTO HISTÓRICO E URBANO.

1.1 | Contextualização da habitação operária no Porto

A cidade do Porto, ficou marcada por profundas transformações sociais, económicas, e urbanas ao longo da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento da indústria foi, neste período, o principal impulsionador da expansão da cidade para as zonas menos desenvolvidas como as Fontainhas, "uma zona oriental da cidade continuou estagnada durante muito tempo, o que levou a uma rápida expansão da habitação operária, principalmente na Rua de S. Victor e na sua envolvente"[2], promovendo a criação de novos equipamentos, infraestruturas, e o desenvolvimento da rede viária provocando, deste modo, significativas alterações na organização do tecido urbano. Este processo acompanhou a consolidação da cidade enquanto um dos principais centros industriais.

A crescente industrialização levou a uma procura contínua de recursos humanos, atraindo um elevado número de trabalhadores vindos das áreas rurais periféricas à cidade, onde a crise agrícola associada à escassez de oportunidades económicas no meio rural, contribuiu para um intenso movimento migratório para os principais centros urbanos. O Porto não foi exceção, tendo assistido, assim, a um crescente aumento demográfico ao longo das últimas décadas do século XIX.

Simultaneamente, o alargamento da rede de caminhos de ferro e a melhoria das acessibilidades contribuíram para o melhoramento da mobilidade da população, fortalecendo a capacidade de atração

[2] MAGALHÃES, Sofia Monteiro Coelho de – Bairro Herculano: Novo estrato num processo de sedimentação. Porto: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

para a cidade. Esta realidade refletiu-se numa ocupação gradual das áreas junto às principais áreas industriais. A proximidade aos locais de trabalho constituía, assim, um dos fatores predominantes para a concentração de população operária nestes territórios, impulsionando uma rápida e crescente densificação do tecido urbano da cidade portuense.

O exponente crescimento populacional não foi, todavia, acompanhado por políticas urbanas capazes de garantir habitação adequada para a nova classe trabalhadora que se instalava na cidade, não antevendo os problemas que daí adviriam. A expansão urbana ocorria a um ritmo superior à capacidade de resposta das estruturas existentes, originando uma crescente pressão sobre a habitação. Os salários excessivamente baixos limitavam o acesso à habitação da população operária, conduzindo ao surgimento de soluções habitacionais marcadas pela precariedade e pela insuficiência de condições dignas de habitabilidade.

Neste contexto, a habitação tornou-se uma das principais problemáticas da cidade industrial. A necessidade de alojar uma população em crescente desenvolvimento, associada à ausência de planeamento habitacional e à procura de soluções economicamente acessíveis, conduziu ao aparecimento de formas específicas de ocupação urbana destinadas às classes trabalhadoras. Essas estruturas refletiam, simultaneamente, as necessidades produtivas da cidade e as profundas desigualdades sociais que caracterizavam a sociedade do século XIX, constituindo um dos fenómenos urbanos mais marcantes da história habitacional do Porto.

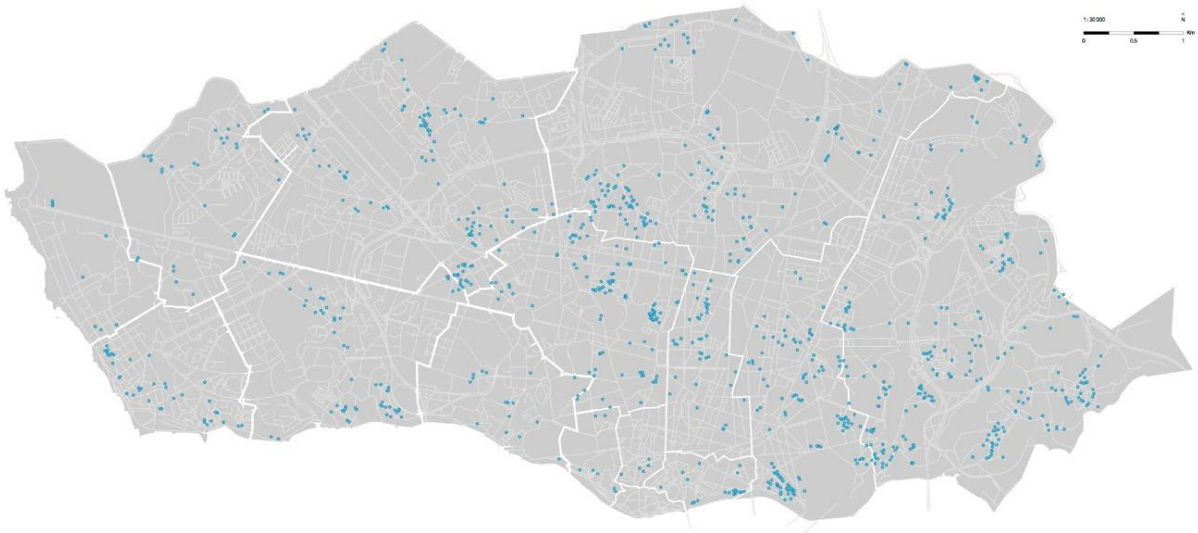


Figura 1 | Localização dos núcleos habitacionais operários na cidade do Porto. (ver índice de imagens)

1.1.1| As ilhas como resposta à habitação operária

O surgimento das ilhas no Porto está diretamente relacionado com a era da industrialização, com a exigência de mais mão de obra e a necessidade urgente de alojar uma população operária cada vez mais numerosa. Assim, o aumento da procura de habitação levou à construção de estruturas habitacionais de elevada densidade, implantadas maioritariamente no interior dos quarteirões urbanos.

As ilhas desenvolveram-se partindo de casas burguesas voltadas para a rua, ocupando os terrenos disponíveis nas traseiras das casas senhoriais, disponibilizando apenas habitações operárias, com cerca de 16 m^2 aproximadamente, e destinadas à classe trabalhadora. Estas soluções procuravam maximizar o aproveitamento do solo e, impulsionadas pela crescente procura habitacional provocada pela industrialização da cidade, levaram a uma lógica especulativa que permitia construir rapidamente e a baixo custo.

Todavia, apesar de terem surgido como resposta para a classe baixa, estas tornaram-se um dos principais símbolos da precariedade e das dificuldades habitacionais associadas à cidade industrial oitocentista, sendo descritas como "a casa das populações tendencialmente com menos recursos, concentrando a precariedade física e social no mesmo território"[3].

Do ponto de vista morfológico, as ilhas caracterizavam-se pela organização linear, onde as habitações, de dimensões reduzidas, eram compactas e vinculadas por um corredor de acesso estreito. É igualmente relevante salientar que o espaço das ilhas se situava, tal como já referido, nas traseiras da casa burguesa,

[3] PORTO VIVO, SRU – As Ilhas do Porto: reabilitar para incluir [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2024.

onde em alguns casos eram distribuídas numa única fila, noutros, em duas filas paralelas. Há uma configuração clara sobre estas, onde se produzia uma separação entre a imagem urbana exterior, associada à fachada burguesa, e a realidade interior dos lotes no interior do quarteirão. A elevada densidade construtiva e a reduzida dimensão das casas resultava em condições de habitabilidade extremamente precárias. Estas careciam de ventilação natural, incidência de luz solar bem como de condições de higiene, por não possuírem uma rede de abastecimento de água nem instalações sanitárias próprias, sendo estas partilhadas pelos moradores.

Apesar destas limitações, as ilhas desempenharam um papel fundamental na organização da habitação popular do Porto. Os baixos valores de arrendamento permitiam que trabalhadores industriais e outros grupos com baixos rendimentos conseguissem permanecer próximos das zonas de trabalho e das principais áreas urbanas da cidade.

Durante o período de industrialização do século XIX, a expansão do modelo habitacional das "ilhas" portuenses foi impulsionada pelo pequeno capital privado de uma burguesia urbana atenta a oportunidades de lucro rápido. O baixo custo de edificação destas estruturas nos interiores dos lotes urbanos propiciou a sua rápida proliferação. Desenvolveu-se, assim, uma simbiose socioeconómica entre os proprietários e a classe operária. Se, por um lado, os primeiros encontravam uma via rentável para explorar o solo disponível, por outro, os trabalhadores acediam a habitações de custo reduzido.

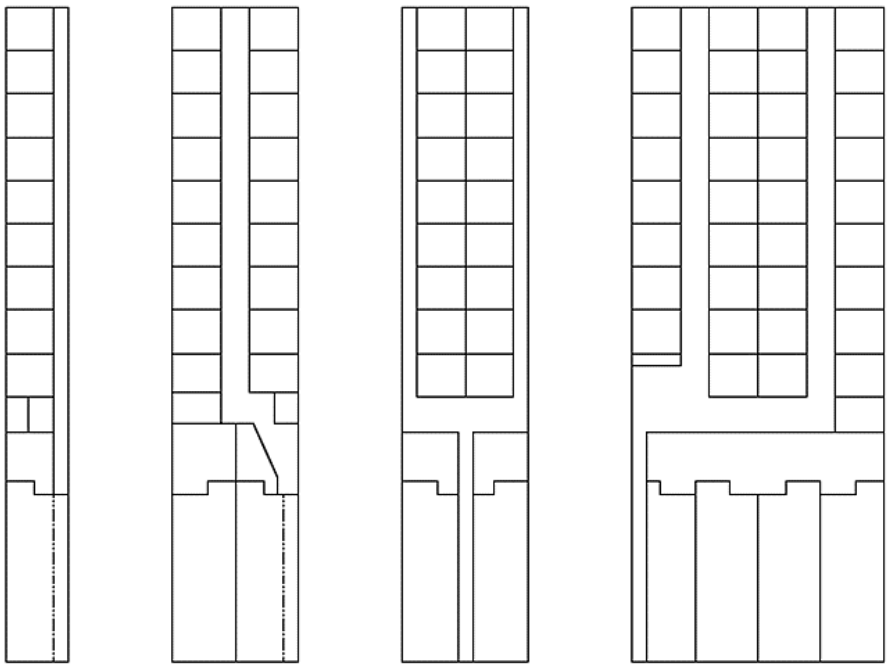


Figura 2| Tipologias habitacionais das ilhas na cidade do Porto (ver índice de imagens)

No entanto, as ilhas não podem nem devem ser reduzidas a espaços de pobreza ou precariedade. As relações próximas com a vizinhança e a partilha de espaços comuns favoreciam o desenvolvimento de fortes relações coletivas, ainda que por vezes propícias a discórdias entre moradores. Os corredores, os pequenos pátios e os espaços de circulação criavam dinâmicas sociais que permitiam formas intensas de convivência quotidiana.

Ao longo do século XX, muitas destas estruturas começaram progressivamente a sofrer processos de degradação e/ou abandono. Ainda assim, permaneceram como importantes testemunhos da história urbana e social do Porto, constituindo uma das expressões mais marcantes da habitação operária portuguesa. A sua permanência no tecido urbano contemporâneo evidencia não apenas as marcas deixadas pela industrialização, mas também a persistência de formas de habitar particulares.

Contudo, as ilhas afirmam-se, ainda hoje, como elementos identitários da memória operária e urbana do Porto. A sua permanência e sobrevivência no tecido urbano da cidade documenta, ainda nos dias de hoje, o impacto estruturante da era industrial evidenciando a persistência de padrões de sociabilidade e de vivência coletiva no contexto da atualidade.

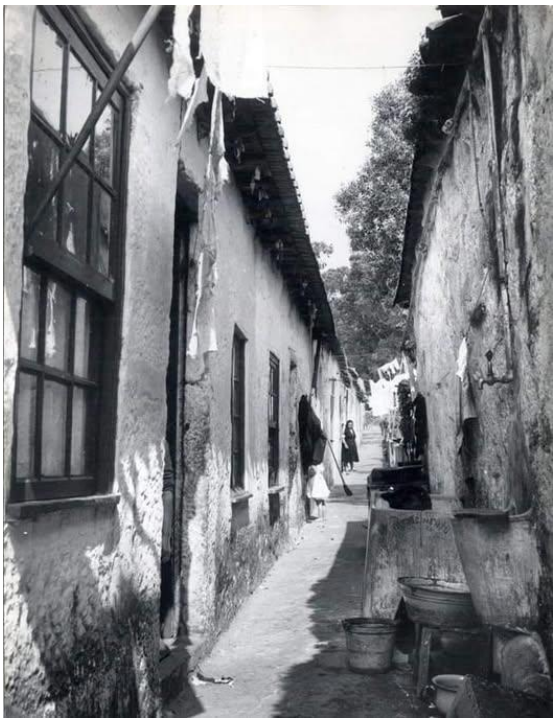


Figura 3| Ilha no Porto com corredor central e habitações dispostas em ambos os lados (ver índice de imagens)



Figura 4| Ilha do Porto, com corredor lateral e habitações dispostas de um único lado (ver índice de imagens)

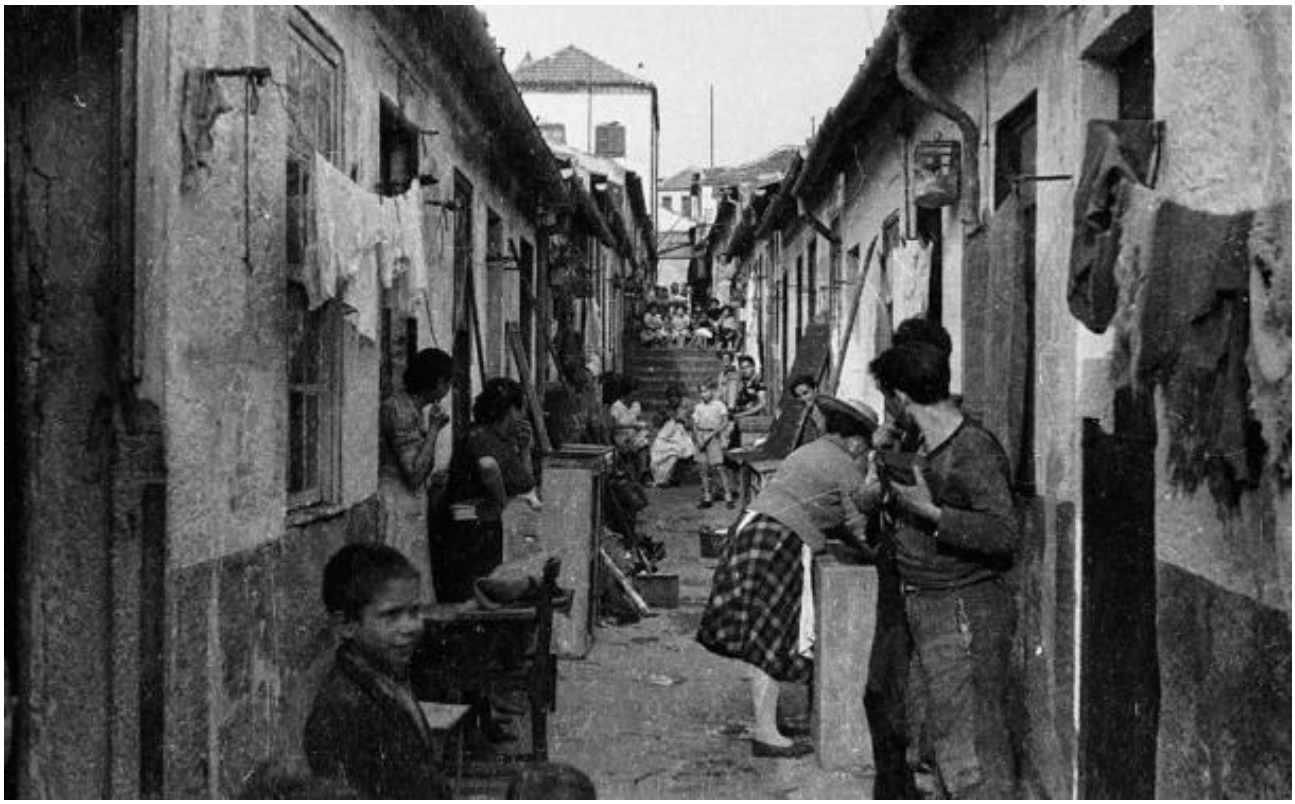


Figura 5| Ilha na Rua de São Vítor, Porto (ver índice de imagens)

1.2| Processos de desocupação e consequente abandono das ilhas

A cidade do Porto, enfrentou contínuas reformas urbanas ligadas á expansão da malha urbana e às consequentes mudanças dos modelos do habitar. Estas foram um fator significativo para a reorganização da cidade contemporânea, notada pelo reconhecimento de algumas áreas urbanas e pela perda gradual de importância de outras estruturas habitacionais mas, ainda assim, determinantes no entendimento do território urbano.

É, neste processo que se começa a verificar o afastamento destes núcleos de habitação operária das principais dinâmicas de renovação urbana, entrando estes, pouco a pouco, em situações de abandono e levando cada vez mais a fragmentações socio espaciais que ainda hoje são notórias.

> "São conjuntos de habitação operária, densos, localizados no interior dos quarteirões compostos por habitações de muito reduzida dimensão que, na sua maioria, se encontram numa situação de grande debilidade construtiva e infraestrutural."[4]

As ilhas, que foram na sua época construídas como tentativa de responder à forte pressão habitacional provocada pela industrialização, foram assim manifestando limitações perante as exigências da habitabilidade contemporânea. As dimensões muito restritas, a precariedade das soluções construtivas, a ausência de condições adequadas de conforto e o envelhecimento das infraestruturas

[4] Cf. SILVA, Mariana Sofia Costa da – O Habitar Mínimo: Estratégias de Flexibilidade na Habitação Contemporânea. Braga: Universidade do Minho, Escola de Arquitetura, Arte e Design, 2022. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

foram condições determinantes para o decremento destas áreas. Do mesmo modo, com o posterior movimento da população residente para bairros sociais e para zonas periféricas à cidade, assistiu-se a um aumento significativo dos processos de desocupação de muitas ilhas, as quais se encontram, em grande número, atualmente, num estado de abandono e degradação avançado.

Apesar da sua localização frequentemente central, estes conjuntos habitacionais permaneceram relativamente isolados das dinâmicas urbanas envolventes. Implantadas maioritariamente no interior dos quarteirões, acessíveis através de corredores estreitos e geralmente encerradas para a rua, muitas ilhas continuaram até aos dias de hoje afastadas da imagem pública da cidade, mantendo uma reduzida articulação com as zonas urbanas circundantes. Estas circunstâncias foram assim o mote para a sua progressiva marginalização e para o agravamento dos processos de degradação.

Ao mesmo tempo, a valorização económica das zonas centrais do centro urbano do Porto e o crescimento da atividade turística na cidade intensificaram as pressões sobre estes territórios. As ilhas passaram a ser vistas, em muitos casos, como potenciais estruturas para novas lógicas urbanas, promovendo estratégias de substituição do edificado existente por novas construções. Consequentemente, as ilhas passaram a ser vistas com novas perspetivas de valorização, associadas ao seu potencial essencialmente económico. Esta mudança provocou, em diversos casos, a sua apropriação para investimentos turísticos.

Contudo, enquanto algumas ilhas foram alvo de estratégias de reabilitação associadas à valorização imobiliária e turística, muitas outras permaneceram à margem destes processos. A sua condição relativamente oculta no interior dos quarteirões favoreceu a realização de intervenções informais, ampliações sucessivas e ocupações desreguladas, frequentemente dissociadas de uma visão integrada de reabilitação, contribuindo para a degradação das condições de habitabilidade e para a perda da coerência espacial destes conjuntos.

Ainda assim, a permanência das ilhas no tecido urbano evidencia a sua relevância quer histórica, como social ou patrimonial na construção da cidade do Porto. Estes espaços representam importantes testemunhos de formas do habitar do passado pela forma como retratam o passado histórico da cidade. Neste sentido, a reabilitação das ilhas é, assim, vista como perspetiva de valorização da memória urbana podendo ser tratada como estratégia de reintegração destes espaços na cidade.

A capacidade de requalificação destes conjuntos permite, não apenas, preservar fragmentos importantes da identidade urbana portuense, como também responder a novas necessidades habitacionais e sociais da cidade atual.



Figura 6| Uma ilha no Porto em avançado estado de degradação (ver índice de imagens)

1.3| Contextualização de uma ilha na rua de São Vítor

Localizada na Rua de São Vítor, na encosta da cidade do Porto, esta é a segunda ilha do lado esquerdo da rua, considerando o sentido descendente de quem percorre este arruamento. A ilha insere-se num território historicamente marcado pela forte presença de habitação operária. Integrada na área das Fontainhas, esta zona consolidou-se ao longo dos séculos XIX e XX como um dos principais espaços de alojamento destinado à população trabalhadora. Pela sua localização, favoreciam-se da proximidade aos centros industriais da cidade e das principais infraestruturas urbanas. A elevada concentração de ilhas neste território urbano, com cerca de 20 ilhas dispostas ao longo da Rua de São Vítor, é um testemunho claro do papel que estas estruturas desempenharam, numa altura em que as necessidades habitacionais decorrentes do processo de industrialização e crescimento demográfico do Porto, se faziam sentir de forma crescente na região.

Este território, no qual a ilha se encontra implantada, caracteriza-se por uma topografia acentuada e por uma malha urbana densa, composta por quarteirões compactos e parcelas de reduzida dimensão. Neste sentido, as ilhas assumiram uma expressão particularmente preponderante, contribuindo para uma intensa densificação do tecido urbano. Apesar das profundas transformações ocorridas ao longo do tempo, estes conjuntos continuam até hoje a constituir um elemento marcante da paisagem urbana das Fontainhas, refletindo modos de ocupação e formas do habitar que marcaram a evolução social e territorial da cidade.

A ilha em estudo apresenta, contudo, uma condição de implantação distinta da configuração mais frequentemente associada às ilhas portuenses. Ao contrário da maioria dos exemplos existentes,

habitualmente implantados nos logradouros posteriores dos lotes e ocultos da rua principal, este conjunto ocupa a totalidade da parcela, estabelecendo uma relação direta com o espaço público. Esta característica confere-lhe uma maior presença urbana e uma relação mais imediata com a estrutura viária envolvente, distinguindo-a de outras situações semelhantes existentes na cidade.

O acesso realiza-se diretamente a partir da Rua de São Vítor, desenvolvendo-se posteriormente um percurso longitudinal que estrutura todo o conjunto habitacional. Ao longo deste eixo organizam-se as diferentes habitações e os espaços exteriores existentes, definindo uma estrutura espacial simples mas claramente definida. O corredor assume, simultaneamente, a função de elemento articulador e de espaço de circulação comum. "Na ilha, a confusão entre o que era público e o que era privado era incrementada pela estreiteza do corredor de acesso às casas"[5], constituindo o principal suporte das relações de proximidade estabelecidas entre os moradores.

Paralelamente, a presença de pequenos pátios e áreas exteriores associadas às habitações evidencia características espaciais que, apesar das transformações sofridas ao longo do tempo, permanecem como elementos relevantes na leitura do conjunto. A articulação entre espaços edificados e vazios interiores revela potencialidades que ultrapassam a sua função original, permitindo compreender de que forma estes elementos podem contribuir para a qualificação das condições de habitabilidade e para a valorização das dinâmicas coletivas inerentes a este tipo de agregados residenciais.

A seleção desta ilha, como objeto de estudo, resulta não apenas da sua singularidade morfológica e urbana, mas também da sua capacidade de representar problemáticas comuns a muitos conjuntos habitacionais desta natureza. As sucessivas transformações, adaptações e apropriações ocorridas ao longo do tempo refletem as mudanças das necessidades dos seus habitantes e evidenciam os desafios associados à reabilitação deste património habitacional. Simultaneamente, a persistência de estruturas espaciais características das ilhas portuenses permite reconhecer um conjunto de qualidades e potencialidades que justificam a sua reinterpretação enquanto modelo habitacional contemporâneo.

[5] DOMUS SOCIAL, EM – Ilhas do Porto: levantamento e caracterização [Em linha]. Porto: Domus Social, 2015.

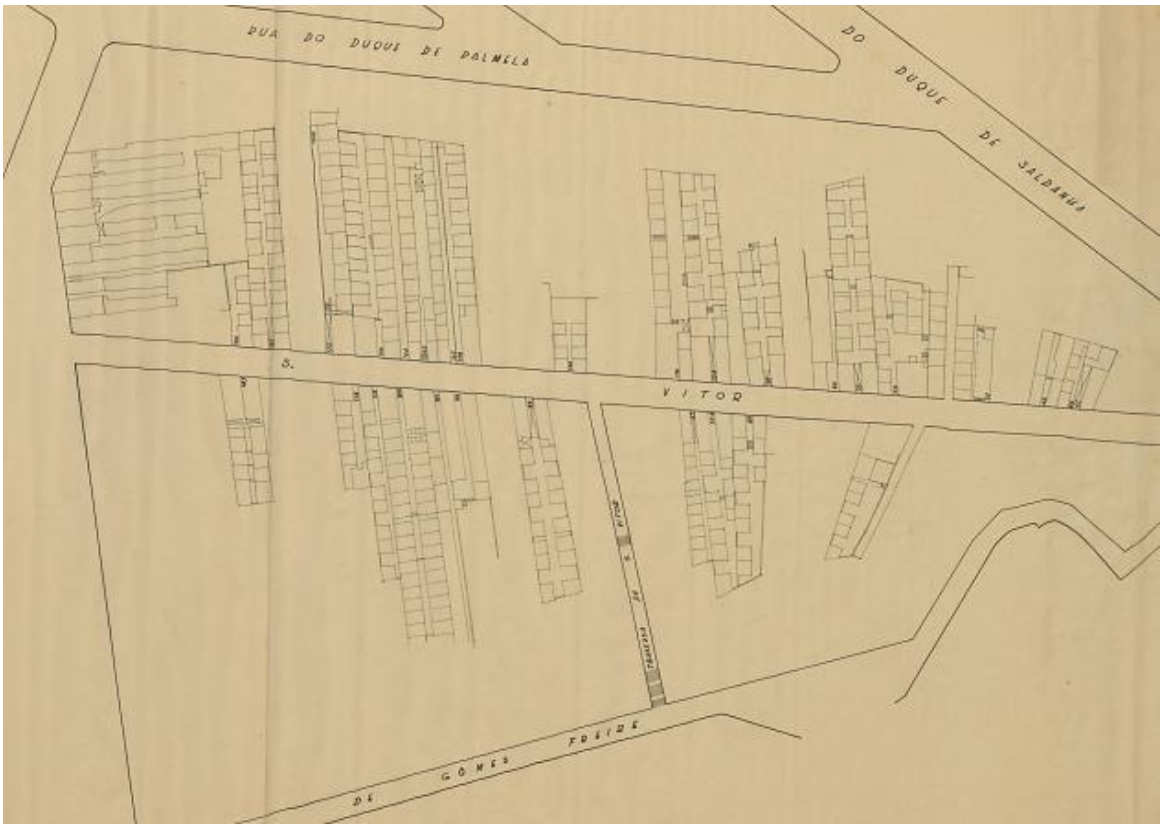


Figura 7| Levantamento histórico das Ilhas da Rua de São Vítor, Porto (ver índice de imagens)

CAPÍTULO 2| MORFOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES DA ILHA AO LONGO DO TEMPO.

2.1| Análise crítica: evolução morfológica da ilha

A atual configuração da ilha indicia uma série de etapas evolutivas das suas reconfigurações espaciais e construtivas que foram, ao longo do tempo consolidando a sua morfologia. À semelhança do que ocorre em muitos aglomerados habitacionais similares, a sua forma não surge ao acaso, mas antes de uma série de conjunturas que determinaram ampliações e apropriações realizadas em resposta às necessidades dos seus habitantes e às transformações das condições de vida, em diferentes épocas.

As ilhas constituem, assim, uma estrutura habitacional particular, cuja organização espacial foi sendo gradualmente modificada. A partir dos espaços livres existentes, foi-se verificando o surgimento de novas compartimentações que refletiam adaptações das habitações face às exigências necessárias ao quotidiano. Estas não estavam contempladas na sua configuração inicial, alterando a relação entre os espaços edificados e os espaços exteriores, redefinindo as formas do habitar, bem como expondo as limitações inerentes ao modelo habitacional concebido no contexto social e económico em que se inseria.

A identificação destes traços evidencia, por isso, particular significado, não apenas para o entendimento da sua evolução em termos morfológicos, mas também para o reconhecimento das potencialidades espaciais que poderão fundamentar futuras estratégias de requalificação e adaptação às exigências atuais do habitar contemporâneo.

"Esta intervenção tenta responder afirmativamente às fragilidades identificadas. Mais do que uma simples reabilitação e requalificação, o projeto procura reinterpretar o potencial da ilha enquanto modelo de habitar, valorizando a dimensão coletiva e comunitária e explorando novas possibilidades para a sua adaptação às exigências da atualidade." [6]



Figura 8| Ilha no Porto no século XIX: o corredor enquanto espaço coletivo e agregador das dinâmicas quotidianas (ver índice de imagens)

[6] Paragrafo desenvolvido no contexto da unidade curricular de Atelier integrado realizado em conjunto com Marco Oliveira, Nuno Fernandes e Tiago Rocha

2.1.1 | A ilha no período da revolução industrial no seculo XIX

Na sua configuração inicial, a ilha apresentava uma estrutura muito compacta e densa, refletindo os princípios que marcaram grande parte dos aglomerados de habitação operária que se desenvolveram na cidade do Porto durante o período de industrialização. A sua implantação resultava de uma lógica de ocupação quase total do lote, procurando assim rentabilizar o espaço disponível. Esta condição conduzia a uma organização espacial fortemente edificada, onde a habitação assumia um papel predominante e as áreas permeáveis eram praticamente inexistentes. O conjunto apresentava-se, assim, como uma realidade encerrada sobre si própria, afastada da dinâmica do espaço público e estruturada em função das necessidades de alojamento da população.

A ilha, em toda a sua extensão, organizava-se segundo um eixo longitudinal, o corredor central, que efetuava axialmente, a articulação entre as várias componentes do conjunto. Por sua vez, as unidades habitacionais desenvolviam-se de acordo com uma lógica de repetição modular, apresentando dimensões reduzidas e uma organização interna elementar

Num contexto em que a dimensão das habitações era reduzida e inexistiam espaços exteriores próprios, este percurso adquiria uma importância acrescida enquanto espaço comum de utilização coletiva. Além de espaço de circulação, o corredor assumia-se como protagonista do quotidiano dos seus moradores, concentrando os percursos diários, os momentos de encontro e as interações que naturalmente surgiam entre vizinhos.

A relação entre a casa e o espaço coletivo fazia-se de forma imediata, sem zonas de transição ou elementos intermédios capazes de demarcar uma transição gradual entre a dimensão privada do espaço doméstico e o domínio coletivo. Esta ausência de espaços de mediação reforçava o carácter compacto do conjunto e contribuía para uma organização espacial, onde a assunção dos limites entre os diferentes tipos de utilização, isto é, o corredor e a habitação, estavam claramente definidos.

A ausência de casas de banho próprias nas habitações era uma característica comum nas ilhas operárias da época. A partilha destes equipamentos por todos os residentes da ilha evidenciava a sua dimensão coletiva. Estes, por sua vez, eram equipados com quatro balneários coletivos, cujo objetivo era atender às necessidades de higiene de toda a população. A partilha do uso desses equipamentos era habitual entre os moradores e espelhava as condições sociais e económicas da população operária.

No entanto, dada a necessidade em dar resposta as necessidades de uma cidade em crescente expansão demográfica, onde se fazia sentir uma forte pressão habitacional face a deslocação massiva de trabalhadores vindos do rural, este modelo inicial mostrou-se, ainda assim, frágil.



Figura 9 | As condições precárias numa ilha do Porto na primeira metade do séc. XIX (ver índice de imagens)

2.1.2| A ilha no ano de 1941

A partir de 1941, a estrutura original da ilha registou uma alteração significativa sobretudo pela demolição de algumas habitações que permitiram, assim, a introdução de espaços exteriores associados às habitações.

Embora o corredor permanecesse como elemento articulador da organização deste conjunto, a abertura destes novos vazios modifica profundamente a relação entre o construído e espaço livre não edificado, reduzindo, assim, a pressão causada pela massa construída que anteriormente caracterizava a totalidade do conjunto. A criação destas áreas exteriores permitia atenuar a continuidade do conjunto, contribuindo para uma sensação de maior desafogo no interior da ilha, que culminava numa maior permeabilidade espacial e qualidade ambiental.

Se a configuração inicial da ilha se distinguia pela ocupação total do lote, conduzindo a uma estrutura compacta e introvertida, este modelo da ilha de 1941 revela, assim, a porosidade dos espaços exteriores, conferindo uma organização estrutural mais desafogada e ampla. Face a este processo de transformação, constata-se que este sistema não só potencia a salubridade das habitações, como também atenua a perceção espacial, desta vez, menos densificada

Além de seu valor ambiental, esses espaços também assumiam um papel importante na vida diária dos moradores. Apesar de não desempenharem um papel significativo enquanto mediador entre a esfera privada e a pública, estes serviam como extensões diretas do espaço doméstico, permitindo a realização de atividades que dificilmente eram possíveis quando confinadas somente ao espaço interno habitado, dado o seu reduzido dimensionamento. Esta transformação refletia-se também na experiência de

percorrer o conjunto, pois o corredor deixava de ser apenas um percurso linear delimitado por uma sequência contínua de fachadas, tornando-se, deste modo, mais permeável e hierarquizado. Neste sentido, este articulava momentos de maior compressão com áreas de abertura que ampliavam a perceção do espaço e atenuavam a sensação de clausura anteriormente dominante.

A presença dos pátios introduzia novas formas de uso e apropriação do espaço, promovendo relações visuais e uma maior diversidade espacial ao longo do conjunto que não se verificava anteriormente.

Apesar destas melhorias, as transformações observadas não alteravam substancialmente a organização interna das habitações. Os diferentes fogos mantinham uma estrutura pouco funcional e bastante elementar, marcada por compartimentações reduzidas e por uma limitada capacidade de adaptação às necessidades do quotidiano. Embora as condições ambientais fossem significativamente beneficiadas pela presença dos novos espaços exteriores, estas, no que respeita ao conforto e funcionalidade do espaço doméstico permaneciam, ainda, limitadas.

Apesar das melhorias introduzidas pela criação dos espaços exteriores, subsistiam ainda diversas fragilidades associadas às condições de habitabilidade do conjunto, nomeadamente alguns dos problemas estruturais, tanto das habitações quanto dos equipamentos coletivos que caracterizavam a ilha. Os equipamentos coletivos, como os balneários partilhados, mantinham-se como uma das principais respostas às necessidades sanitárias da população residente, evidenciando que as questões relacionadas com a higiene, a privacidade e o conforto permaneciam ainda sem resolução.

As habitações de dimensões reduzidas constituíam uma organização espacial pouco flexível, frequentemente incapaz de responder de forma adequada às necessidades quotidianas dos seus habitantes. Embora a descompactação do conjunto tenha permitido melhorar significativamente as condições de salubridade e de utilização do espaço exterior, a estrutura habitacional permanecia fortemente condicionada por limitações funcionais e pela ausência de infraestruturas integradas nas próprias habitações.

Assim, o modelo implementado em 1941 traduz um momento de importante qualificação espacial da ilha, porém, apesar da tentativa de melhoria das condições espaciais do conjunto, esta não foi capaz de corresponder às necessidades do quotidiano dos seus moradores.



Figura 10| Redesenho de um alçado da ilha no ano de 1941, a partir de um registo recolhido no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no qual a ilha surge como um território plano

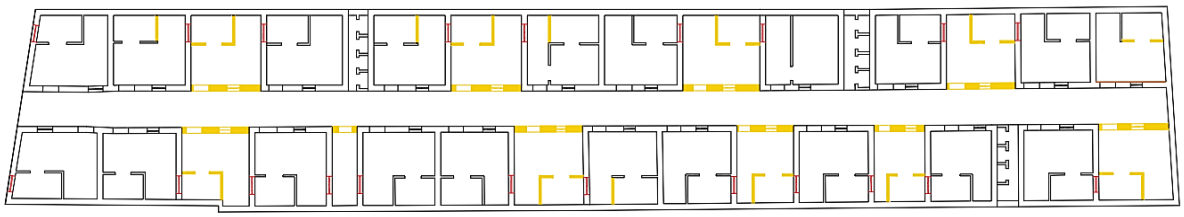


Figura 11| Planta vermelhos e amarelos da ilha no ano de 1941, redesenhada a partir de um registo recolhido no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no qual a ilha surge como um território plano

‘

2.1.3| A ilha na atualidade

A configuração atual da ilha resulta de um longo processo de adaptações e transformações realizadas ao longo do tempo, refletindo as sucessivas tentativas dos seus habitantes em dar resposta às limitações inerentes às anteriores tentativas de qualificação. Diferentemente da fase anterior, onde esta introduzia uma estrutura de vazios urbanos, este modelo atual representa, agora, uma oposição ao anterior.

Os pátios que, anteriormente, contribuíam para a apropriação coletiva e desafogo do conjunto foram sendo gradualmente incorporados nos aglomerados habitacionais. Este processo, resultou, assim, na construção de pequenos espaços anexos para introdução de instalações sanitárias privativas, áreas de arrumação ou de apoio doméstico que não estavam contemplados na organização original das casas.

Estas ampliações e transformações constituem o resultado das carências funcionais que historicamente caracterizaram este modelo habitacional, revelando que as habitações não apresentavam os requisitos mínimos de conforto, higiene e habitabilidade exigidos pelos modos de vida contemporâneos.

A ocupação desses espaços possibilitou a melhoria de certas condições do quotidiano, especialmente no que diz respeito às condições sanitárias. Contudo, este processo também teve um impacto significativo na estrutura espacial do conjunto apresentando-se, assim, desordenado. A diminuição dos espaços livres resultou numa menor permeabilidade, o que comprometeu as condições anteriormente favorecidas pelos pátios.

Estas alterações refletem-se também na experiência do próprio espaço coletivo. O corredor que era, anteriormente, marcado pela presença de vazios que introduziam diversidade espacial ao longo do conjunto, apresenta-se, atualmente, mais fragmentado e condicionado pelas sucessivas ocupações.

Da mesma forma, no estado atual da ilha torna-se particularmente evidente, sobretudo, sinais significativos de degradação física e de abandono progressivo, uma vez que grande parte das construções apresentam patologias associadas ao envelhecimento dos materiais e ausência de manutenção por parte dos senhorios. Por outro lado, a degradação do edificado também é devida à desocupação de alguns residentes, contribuindo para uma imagem de fragilidade e vulnerabilidade que contrasta com a vitalidade comunitária que historicamente caracterizou este conjunto.

Contudo, este contexto de abandono não impede o surgimento de novas dinâmicas de valorização. Tal como acontece noutras áreas da cidade, começa a observar-se um interesse crescente por este tipo de património habitacional, traduzido na recuperação pontual de algumas unidades para fins turísticos.

A existência de habitações atualmente destinadas ao alojamento local evidencia uma mudança na perceção destes espaços, que deixam gradualmente de ser vistos apenas como estruturas associadas à habitação para passarem a integrar processos mais amplos de valorização imobiliária e turística. Embora estas intervenções demonstrem o potencial de reabilitação existente, revelam igualmente o risco de processos de transformação que nem sempre respondem às necessidades da população residente nem à preservação das características sociais e espaciais do conjunto.

Desta forma, nos dias de hoje a ilha resulta da sobreposição de diferentes camadas de transformação que ocorreram ao longo do tempo, as quais se traduzem nas necessidades que, têm levado não só a fenómenos de degradação e abandono como a novas dinâmicas de valorização. Estas permitem, assim, compreender não apenas as limitações do modelo habitacional atual, mas também as potencialidades que permanecem presentes na sua estrutura, constituindo a base para uma reflexão crítica sobre as possibilidades de reinterpretação e melhoria deste conjunto habitacional.



Figura 12| Corredor central da ilha de São Vítor em estudo

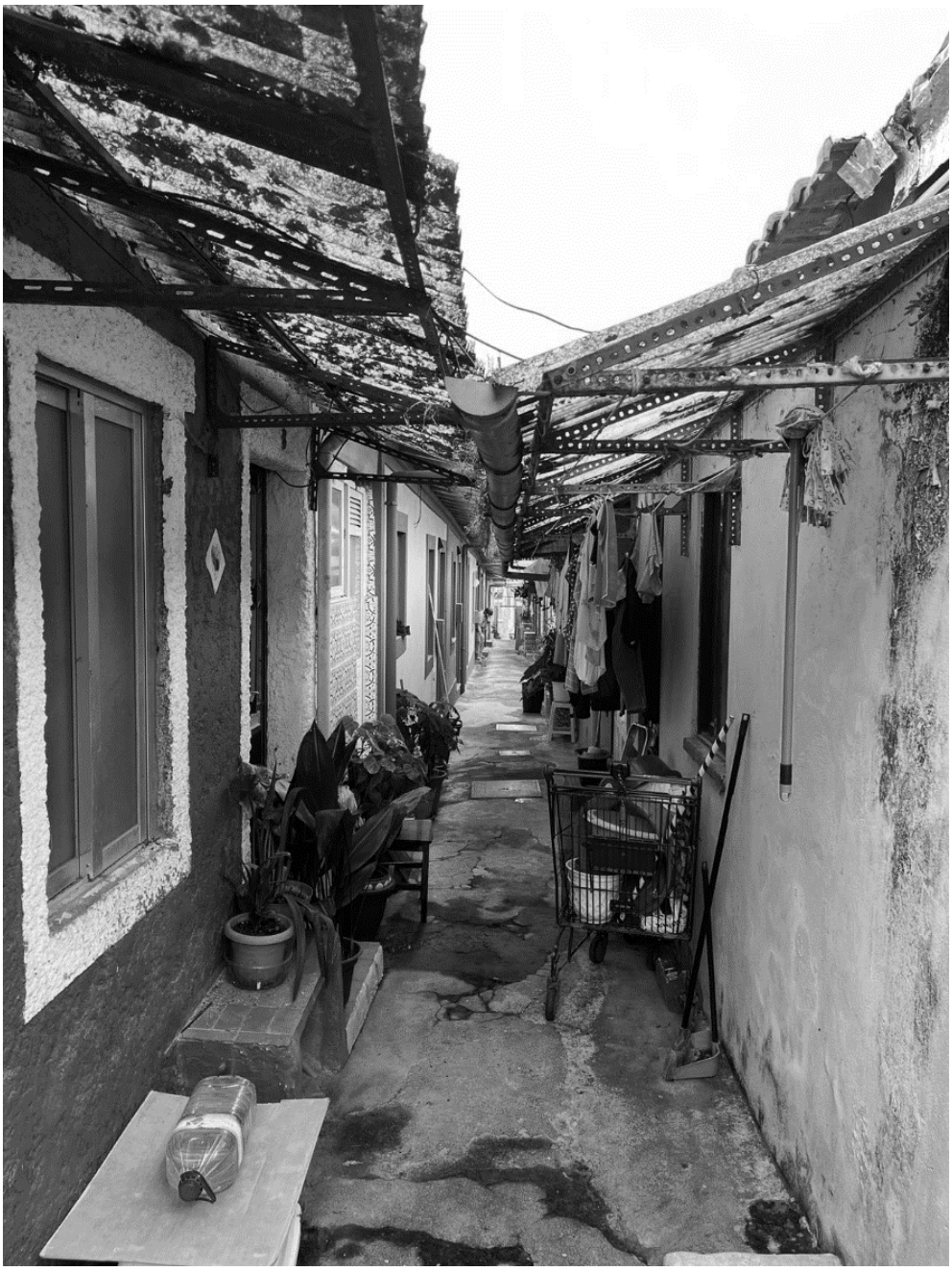


Figura 13| Apropriação do espaço coletivo, o corredor, da ilha de São Vítor em estudo

CAPÍTULO 3| ESTRATÉGIA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.

3.1| Estratégias e âmbitos para a requalificação da ilha

A proposta de requalificação da ilha parte da necessidade de responder às fragilidades identificadas ao longo da sua evolução morfológica, procurando preservar os valores espaciais e sociais que historicamente caracterizam este modelo habitacional. A intervenção não pretende apagar a identidade do conjunto nem romper com a lógica de proximidade e vivência coletiva inerentes às ilhas portuenses, mas antes reinterpretar as suas estruturas espaciais de forma a adaptá-las às exigências contemporâneas de habitabilidade, conforto e apropriação do espaço.

A proposta aproxima-se também de princípios associados à abordagem do decrescimento, ao defender uma abordagem baseada na reabilitação, na reutilização e na otimização do espaço existente em detrimento da expansão ou substituição integral do edificado. Neste sentido, a intervenção procura demonstrar que a qualificação das condições de habitabilidade não depende necessariamente do aumento excessivo da área construída, mas antes da capacidade de reorganizar, flexibilizar e requalificar espacialmente estruturas já existentes.

Uma das principais estratégias da proposta consiste na redução da compactação do conjunto habitacional através de pequenas demolições, permitindo a reintrodução de vazios no interior do conjunto, os pátios. A abertura destes espaços permite restabelecer uma relação mais equilibrada entre

o construído e o espaço livre, devolvendo permeabilidade à ilha e melhorando significativamente as condições de salubridade das habitações. Estes espaços exteriores assumem um papel fundamental na reorganização do conjunto, funcionando não apenas como áreas de desafogo, mas também como elementos estruturadores da vivência quotidiana e da relação entre os moradores.

A proposta procura igualmente valorizar práticas de apropriação já presentes no quotidiano da ilha. Durante o processo de análise, tornou-se evidente a forma como o corredor é utilizado pelos habitantes enquanto extensão do espaço doméstico, acolhendo atividades como a secagem da roupa no varal, a colocação de vasos e peças ornamentais ou o armazenamento de objetos. Esta ocupação espontânea revela a importância do espaço coletivo enquanto suporte das dinâmicas do habitar e demonstra a necessidade de criar áreas capazes de responder de forma mais qualificada a essas utilizações. Neste sentido, os novos pátios surgem como espaços intermédios associados às habitações, permitindo prolongar determinadas atividades domésticas para o exterior e reforçando simultaneamente as relações de vizinhança e convivência entre habitantes.

A reorganização espacial da proposta procura também transformar a experiência de atravessar a ilha. O corredor deixa de assumir exclusivamente uma função linear de circulação para passar a integrar uma sequência mais diversificada de espaços, articulada através de momentos de abertura, permanência e relação visual, contribuindo para a redução da sensação de encerramento do conjunto. A articulação entre rampas, patamares e diferentes níveis de acesso permite adaptar a circulação à nova organização habitacional, estabelecendo percursos mais qualificados e relações espaciais mais dinâmicas entre os vários elementos do conjunto.

Paralelamente à requalificação do espaço coletivo, a proposta introduz uma reestruturação das habitações, procurando responder às limitações funcionais identificadas no modelo existente (áreas mínimas). A articulação entre habitações de um e dois pisos permite ampliar as áreas domésticas sem comprometer a criação dos espaços exteriores necessários à qualificação da ilha. A introdução de novos volumes em altura possibilita uma ocupação mais equilibrada do lote, evitando a contínua expansão horizontal que anteriormente conduziu ao encerramento dos pátios e à progressiva perda de permeabilidade do conjunto.

Esta estratégia permite igualmente introduzir maior diversidade tipológica e responder a diferentes modos de habitar e aos diferentes estágios de vida das famílias, permitindo que as habitações acompanhem as transformações das necessidades dos seus habitantes ao longo do tempo.

Simultaneamente, o jogo entre volumes de um e dois pisos contribui para a criação de uma nova imagem da ilha, introduzindo maior diversidade volumétrica e enriquecendo a perceção espacial do conjunto sem comprometer a sua escala e identidade.

A proposta procura reinterpretar a ilha enquanto estrutura coletiva de habitar. A valorização dos espaços exteriores, a criação de novas relações entre habitação e espaço comum e a introdução de soluções habitacionais mais flexíveis pretendem transformar a ilha num lugar mais permeável, funcional e socialmente ativo. Desta forma, a requalificação do conjunto procura responder às exigências contemporâneas do habitar sem perder as dinâmicas de proximidade, convivência e apropriação coletiva que continuam a constituir uma das principais qualidades deste modelo habitacional.

3.2| Modelos de Referência na Rua de São Vítor: Continuidade Crítica e Reinterpretação da Ilha

A Rua de São Vítor é, ainda nos dias de hoje, uma das principais zonas fortemente marcadas pela presença de ilhas, nas quais se verificam, em alguns casos, processos de reabilitação. A definição da estratégia de intervenção para a ilha reconhece, assim, nesses exemplos, princípios que virão a ser interpretados na proposta da ilha em estudo.

Para esta proposta, a análise das reabilitações efetuadas tanto na Ilha de São Vítor, do atelier BAAU, como na Ilha da Luz, demonstraram possibilidades de reinterpretação do modelo habitacional sem que este rompa com as estruturas espaciais e sociais fundamentais à vida quotidiana.

Estas intervenções tornam evidente que a permanência das ilhas não depende da reprodução literal da sua configuração original, mas antes da capacidade de manter elementos estruturantes que possuem valor arquitetónico e urbano.

Neste contexto, o corredor comum, a relação de proximidade entre habitação e espaço coletivo, a escala doméstica do conjunto e a presença do vazio surgem como princípios fundamentais na redefinição contemporânea do modelo habitacional.

Na intervenção da BAAU para a Ilha de São Vítor, o aspeto mais relevante reside na valorização do corredor enquanto elemento estruturador da vida coletiva. O projeto demonstra que o "beco" não deve ser entendido apenas como espaço de circulação, mas como suporte das relações de vizinhança e da apropriação quotidiana que historicamente caracterizam as ilhas. Simultaneamente, a reorganização interna das habitações evidencia a possibilidade de introduzir programas contemporâneos como, por

exemplo, as instalações sanitárias, cozinhas e espaços mais flexíveis, sem que estes comprometam a escala que define a identidade morfológica do conjunto.

Paralelamente, a intervenção na Ilha da Luz introduz uma reflexão distinta, centrada na importância do vazio enquanto instrumento de qualificação espacial. A abertura estratégica de pátios demonstra que a melhoria das condições de habitabilidade não depende exclusivamente do aumento da área construída, mas da capacidade de restabelecer relações de iluminação, ventilação e permeabilidade no interior do lote. O vazio torna-se um elemento ativo na redefinição da ilha.

É precisamente a partir da articulação destas duas leituras, o corredor enquanto estrutura coletiva e o vazio enquanto mecanismo de qualificação espacial, que se desenvolve a proposta deste trabalho de projeto.

Ao contrário das referências analisadas, a ilha em estudo apresenta uma condição particular. Esta ocupa integralmente a parcela e estabelece uma relação frontal com a rua, afastando-se do estatuto comum das ilhas, onde estas se posicionam de forma mais introvertida, implantadas nos interiores de quarteirão.

A reintrodução de pátios e espaços livres resulta diretamente da compreensão do vazio enquanto elemento fundamental na melhoria das condições de habitabilidade, tal como demonstrado na Ilha da Luz. Simultaneamente, a manutenção do percurso longitudinal e a proximidade entre habitação e espaço comum aproxima-se da lógica evidenciada pela intervenção da BAAU do arquiteto Bernardo Amaral, reconhecendo o corredor como estrutura essencial da identidade social e espacial da ilha.

Neste caso, a introdução do vazio exige uma reorganização tridimensional do conjunto, capaz de compensar a área removida através da articulação entre volumes de um e dois pisos. A verticalidade surge, assim, não como um elemento de rutura, mas como mecanismo de equilíbrio entre densidade, permeabilidade e habitabilidade.

Desta forma, a proposta procura afirmar-se como continuidade crítica das intervenções desenvolvidas na Rua de São Vítor, utilizando as estratégias identificadas nos casos de estudo não como modelos a reproduzir, mas como instrumentos de reflexão para a construção de uma nova abordagem sobre a reabilitação da ilha contemporânea.

Deste modo, a proposta não procura reproduzir formalmente as intervenções analisadas, mas antes compreender os princípios espaciais e arquitetónicos que estas evidenciam. A valorização do corredor enquanto estrutura coletiva, a reintrodução do vazio como mecanismo de qualificação espacial e a capacidade de adaptar espaços mínimos às exigências contemporâneas constituem os elementos que orientam a intervenção desenvolvida.

A proposta afirma-se, deste modo, como uma continuidade crítica das requalificações recentes realizadas na Rua de São Vítor, procurando demonstrar que a reabilitação da ilha pode ultrapassar uma lógica meramente conservadora para se assumir como oportunidade de reinterpretar este modelo habitacional à luz das necessidades atuais do habitar contemporâneo.



Figura 14| Alçado e plantas do projeto de reabilitação de uma ilha em São Vítor desenvolvido por BAAU (ver índice de imagens)

3.3| Reestruturação do espaço doméstico e coletivo: Habitação flexível e qualidade espacial.

Intervir na ilha parte da necessidade de reinterpretar o modelo habitacional a partir das exigências contemporâneas do habitar, procurando conciliar a preservação das suas dinâmicas coletivas com a introdução de melhores condições de conforto, funcionalidade e adaptabilidade espacial. Neste sentido, a reestruturação do espaço doméstico assume um papel fundamental, procurando responder às limitações associadas às dimensões reduzidas das habitações existentes e à rigidez funcional que historicamente caracterizou este tipo de construção.

A proposta parte da reflexão em torno da habitação mínima enquanto resposta às necessidades essenciais do habitar. Neste sentido, esta aproxima-se do conceito de Existenzminimum, desenvolvido no contexto do movimento moderno e dos debates sobre habitação social no início do século XX. Esta organização racional do espaço procurava garantir condições mínimas de habitabilidade através da otimização funcional, da ventilação, da iluminação natural e da salubridade dos espaços domésticos. O conceito de flexibilidade habitacional surge, assim, como um dos princípios da proposta.

Neste contexto, a flexibilidade surge como "a capacidade de um espaço ou edifício se adaptar às mudanças nas necessidades dos novos usuários e dos atuais residentes, ou a novas funções ao longo do tempo."[7]Mais do que definir espaços rigidamente condicionados por funções permanentes, a intervenção procura criar habitações capazes de se adaptar às diferentes formas de apropriação e às

[7] SILVA, José Fernando Rodrigues – "As Ilhas do Porto: Estudo morfológico e tipológico". [Em linha]. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2016.

transformações das necessidades e modos de vida das famílias. A flexibilidade passa, deste modo, pela possibilidade de reorganização do espaço doméstico, permitindo diferentes modos de utilização sem comprometer a clareza e funcionalidade da habitação.

"A questão do espaço mínimo sempre serviu de estímulo à criatividade na arquitectura. Esse interesse pela optimização do espaço é alimentado pelo desafio de conseguir com o mínimo possível, que este se adeque às necessidades dos seus habitantes e aos potenciais usos que estes lhe poderão atribuir (...)" [8]

Contudo, mais do que reproduzir modelos rígidos de habitação mínima, a proposta procura reinterpretar estes princípios com base das necessidades contemporâneas do habitar, introduzindo maior flexibilidade espacial e uma relação mais permeável entre o espaço doméstico e o espaço coletivo.

Nas habitações de maiores dimensões, desenvolvidas através da articulação entre um e dois pisos, esta estratégia traduz-se na criação de espaços ambíguos e adaptáveis, capazes de assumir diferentes utilizações conforme as necessidades dos habitantes. A utilização de portas de correr permite estabelecer relações variáveis entre os compartimentos, possibilitando ampliar, dividir ou encerrar espaços de forma flexível. A solução que se propõe, possibilita que determinadas áreas da habitação possam funcionar, simultaneamente como espaços de circulação, permanência, trabalho ou descanso, garantindo uma maior versatilidade do espaço doméstico e evitando compartimentações excessivamente rígidas.

O projeto organiza-se em duas tipologias distintas, estruturadas a partir de uma malha ortogonal. Nas habitações térreas, o acesso efetua-se lateralmente a partir do pátio. A entrada diretamente pela zona da cozinha desenvolve-se ao longo de um eixo de circulação. Contiguo a cozinha encontra-se o quarto de dimensões mínimas, ocupando cada um destes o equivalente a meio módulo. Ao fundo, localiza-se a instalação sanitária, implantada estrategicamente de modo a articular e servir os dois espaços (cozinha e quarto), funcionando como elemento articulador dos mesmos. Na tipologia de dois pisos, o princípio de acessibilidade mantém-se inalterado, realizando-se a transição do pátio para a cozinha. Contudo, nesta variante, o espaço da cozinha adquire um caráter ambíguo, sendo dotado de um sistema de portas móveis que permite reconfigurar a espacialidade consoante as necessidades do quotidiano. Ao fundo do piso térreo, encontra-se o acesso ao piso superior, onde encontramos um espaço amplo destinado ao quarto, onde se integra a instalação sanitária que serve esta habitação.

A introdução pontual de um segundo piso permite igualmente ampliar a área útil das habitações sem comprometer a criação dos vazios exteriores fundamentais à qualificação da ilha. Esta solução procura

[8]GONÇALVES, Iga Jandir de Lima — O Habitar Mínimo. Évora: Universidade de Évora, Escola de Artes, Departamento de Arquitectura, 2013. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

responder às limitações das antigas habitações térreas, cuja reduzida dimensão condicionava significativamente a organização da vida doméstica. O jogo de volumes de diferentes alturas (1 ou 2 pisos) contribui, assim, para uma ocupação mais equilibrada do conjunto, permitindo aumentar a capacidade habitacional sem reproduzir a excessiva compactação anteriormente existente.

Nas habitações de menores dimensões, desenvolvidas apenas num piso, a sua localização resulta igualmente de uma lógica funcional e espacial. Estas unidades encontram-se implantadas junto aos antigos balneários coletivos, permitindo incorporar parte dessas áreas na reorganização das habitações. A antiga estrutura coletiva é, deste modo, reinterpretada e integrada no espaço doméstico, possibilitando a criação de instalações sanitárias privativas em cada habitação. Esta estratégia procura responder a uma das principais fragilidades historicamente associadas às ilhas operárias, garantindo melhores condições de higiene, conforto e autonomia sem a necessidade de ampliar excessivamente a área construída.

Paralelamente à reorganização interior das habitações, a proposta atribui particular importância à qualificação dos espaços exteriores e coletivos. Os novos pátios assumem-se como extensões diretas do espaço doméstico e como lugares de permanência e convivência entre moradores, reforçando a relação entre habitação e espaço comum. As unidades de habitação funcionam melhor quando as ruas em que estão localizadas são à partida espaços de convivência, ou seja, interessa que a atmosfera dentro das casas se possa integrar na atmosfera comunitária da rua exterior (Herman Hertzberger, 2006).

A proposta induz não só a pavimentação destes espaços, bem como a introdução de pequenos canteiros, conferindo uma maior permeabilidade no interior da ilha. A reorganização do espaço coletivo é igualmente acompanhada pela redefinição do sistema de circulação. A introdução de rampas e patamares permite articular os diferentes níveis e cotas existentes ao longo do conjunto, adaptando o percurso à nova disposição dos pátios, às habitações bem como à mobilidade dos moradores. Desta forma, como anteriormente referido, o corredor deixa de funcionar apenas como um elemento linear de distribuição para passar a integrar uma sequência mais fluida e hierarquizada de espaços de circulação, permanência e relação visual.

A abertura de novos vãos constitui, do mesmo modo, uma estratégia fundamental na qualificação espacial das habitações. Para além de melhorar as condições de iluminação natural e ventilação, estas aberturas reforçam a continuidade visual entre interior e exterior, ampliando a perceção espacial das áreas domésticas e estabelecendo relações mais diretas com os pátios e espaços coletivos. A habitação deixa, assim, de se apresentar como um espaço encerrado sobre si próprio, passando a integrar-se de forma mais permeável e aberta na dinâmica coletiva da ilha.

Deste modo, a proposta procura ultrapassar as limitações associadas à habitação operária, introduzindo soluções capazes de conciliar flexibilidade, conforto e qualidade espacial sem comprometer a identidade coletiva do conjunto. A reestruturação do espaço doméstico e coletivo pretende transformar a ilha num lugar mais adaptável e socialmente qualificado, onde a relação entre casa, espaço exterior e comunidade assume um papel central na construção da experiência quotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de projeto procurou desenvolver uma reflexão crítica sobre as ilhas operárias da cidade do Porto, tomando como objeto de estudo uma ilha localizada na Rua de São Vítor, nas Fontainhas. Através da análise histórica, morfológica e social deste conjunto habitacional, foi possível compreender de que forma estas estruturas se afirmaram como resposta às necessidades habitacionais da população operária durante o processo de industrialização da cidade, bem como reconhecer as transformações e fragilidades que marcaram a sua evolução ao longo do tempo.

Apesar das condições precárias frequentemente associadas às ilhas, o trabalho permitiu reconhecer que estes conjuntos ultrapassam mais do que a dimensão física da habitação, assumindo-se também como impulsionador das relações sociais, das dinâmicas coletivas e das formas de apropriação do espaço que historicamente caracterizaram a cidade do Porto. A permanência destas estruturas no tecido urbano contemporâneo evidencia, assim, não apenas o seu valor patrimonial e identitário, mas também o potencial que ainda possuem enquanto modelo de habitar.

A análise das transformações ocorridas, demonstraram que muitas das alterações realizadas ao longo do tempo resultaram da tentativa de adaptação às necessidades do quotidiano e às exigências contemporâneas do modo de habitar. Contudo, estes processos conduziram frequentemente à perda de permeabilidade, à fragmentação dos espaços coletivos. Ainda assim, foi possível identificar qualidades espaciais e relações de proximidade que permanecem presentes e que constituem a base fundamental para uma estratégia de reinterpretação da ilha.

Assim sendo, a proposta procurou responder às limitações identificadas sem comprometer a identidade espacial e social do conjunto. A reintrodução do vazio enquanto mecanismo de qualificação espacial, a valorização do corredor como elemento estruturador da vivência coletiva e a reorganização das habitações a partir de princípios de flexibilidade e adaptação procuraram demonstrar que a reabilitação das ilhas pode ultrapassar uma lógica exclusivamente conservadora. Mais do que preservar uma estrutura histórica, a intervenção pretende afirmar a possibilidade de reinterpretar este modelo habitacional e as exigências contemporâneas do habitar.

A proposta procurou igualmente evidenciar a importância da relação entre espaço doméstico e espaço coletivo, reconhecendo que a qualidade habitacional não depende apenas da dimensão da habitação, mas também da forma como esta se articula com os espaços comuns, com os percursos e com as dinâmicas de convivência quotidiana. A valorização dos pátios, da permeabilidade e da flexibilidade espacial pretende, assim, contribuir para a construção de formas de habitar mais adaptáveis, coletivas e integradas na cidade.

Deste modo, o trabalho desenvolvido pretende demonstrar que as ilhas não devem ser entendidas apenas pela sua precariedade, mas também como estruturas capazes de integrar novas possibilidades do habitar contemporâneo. A sua reabilitação representa não apenas uma oportunidade de preservação da memória urbana e social da cidade do Porto, mas também um contributo para a reflexão sobre modelos habitacionais mais adequado às transformações nos modos de vida contemporâneos.

Figura 1| Localização dos núcleos habitacionais operários na cidade do Porto
Fonte: BREDA VÁZQUEZ, Isabel; CONCEIÇÃO, Paulo – Ilhas do Porto: Levantamento e Caracterização. Vol. 2. Porto: Município do Porto, 2015, p. 158–159.

Figura 2| Tipologias habitacionais das ilhas na cidade do Porto
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C. – Habitação Popular na Cidade Oitocentista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Figura 3| Ilha no Porto com corredor central e habitações dispostas em ambos os lados
Fonte: THE_OLD_STRIKER – As ILHAS do Porto [fotografia]. Reddit, mar. 2026.
Disponível em: https://www.reddit.com/r/porto/comments/1s6qwxf/as_ilhas_do_porto/

Figura 4| Ilha do Porto, com corredor lateral e habitações dispostas de um único lado
Fonte: VIVA PORTO – Ilhas do Porto. Viva Porto, 21 nov. 2014.
Disponível em: https://viva-porto.pt/ilhas-do-porto/

Figura 5| Ilha na Rua de São Vítor, Porto
Fonte: MUNICÍPIO DO PORTO; PORTO VIVO, SRU – Ilhas do Porto: reabilitar para incluir. Porto: Município do Porto; Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, 2022.
Disponível em: https://www.portovivosru.pt/files/uploads/cms/sru/9/files/Ilhas_miolo_web.pdf

Figura 6| Uma ilha no Porto em avançado estado de degradação
Fonte: MUNICÍPIO DO PORTO; PORTO VIVO, SRU – Ilhas do Porto: reabilitar para incluir. Porto: Município do Porto; Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, 2022.
Disponível em: https://www.portovivosru.pt/files/uploads/cms/sru/9/files/Ilhas_miolo_web.pdf

Figura 7| Levantamento histórico das Ilhas da Rua de São Vítor, Porto
Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto
Disponível em: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/622509/

Figura 8| Ilha no Porto no século XIX: o corredor enquanto espaço coletivo e agregador das dinâmicas quotidianas
Fonte: THE_OLD_STRIKER – As ILHAS do Porto [fotografia]. Reddit, mar. 2026.
Disponível em: https://www.reddit.com/r/porto/comments/1s6qwxf/as_ilhas_do_porto/

Figura 9| As condições precárias numa ilha do Porto na primeira metade do séc. XIX
Fonte: PEREIRA, Gaspar Martins – As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. In: SANTOS, Carlota (ed.). Família, Espaço e Património. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, p. 477–493.

Figura 10| Redesenho de um alçado da ilha no ano de 1941, a partir de um registo recolhido no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no qual a ilha surge como um território plano
Fonte: Redesenho do autor a partir de documentação consultada no Arquivo Histórico Municipal do Porto

Figura 11| Planta vermelhos e amarelos da ilha no ano de 1941, decalcada a partir de um registo recolhido no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no qual a ilha surge como um território plano
Fonte: Redesenho do autor a partir de documentação consultada no Arquivo Histórico Municipal do Porto

Figura 12| Corredor central da ilha de São Vítor em estudo
Fonte: Autor

Figura 13| Apropriação do espaço coletivo, o corredor, da ilha de São Vítor em estudo
Fonte: Autor

Figura 14| Alçado e plantas do projeto de reabilitação de uma ilha em São Vítor desenvolvido por BAAU
Fonte: AMARAL, Bernardo – Ilha de São Vítor. Porto: BAAU – Bernardo Amaral Arquitectura + Urbanismo, s.d.
Disponível em: https://www.baau.pt/project/reabilitacao-de-ilha-na-rua-s-vitor-172/

BAAU – Bairro e Arquitetura de Afectos Urbanos. (s.d.). *Ilha S. Vítor*. BAAU. https://www.baau.pt/project/ilha-s-vitor/

Borges, M. (2009). *Das ilhas: Possibilidade dos agentes de uma realidade participarem na criação do repertório imagético que pretende documentá-la* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto).

Domus Social, EM. (2015). *Ilhas do Porto: Levantamento e caracterização*. Domus Social. https://www.domussocial.pt/noticias/apresentacao-do-estudo-ilhas-do-porto-levantamento-e-caracterizacao

Gonçalves, I. J. L. (2013). *O habitar mínimo* (Dissertação de mestrado em Arquitetura, Escola de Artes, Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora).

Machado, F. J. O. S. (2024). *Arquitetura como equalizador social: A reabilitação da Ilha da Bela Vista* (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho). Repositório Aberto da Universidade do Porto.

Magalhães, S. M. C. (2017). *Bairro Herculano: Novo estrato num processo de sedimentação* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto).

Matos, F. L., & Rodrigues, R. M. (2009). *As ilhas do Porto: Lugares de resistência*. Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23279/2/73241.pdf

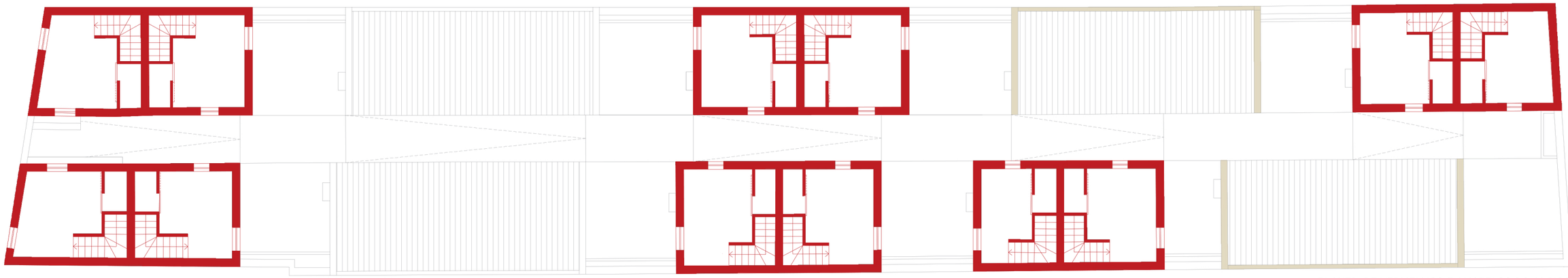
Oliveira, C. S. T. (2015). *Habitação operária: Proposta de reabilitação: O caso das ilhas do Porto* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior).

Pereira, G. M. (2011). As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. *Família, espaço e património* (pp. 477–493). Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

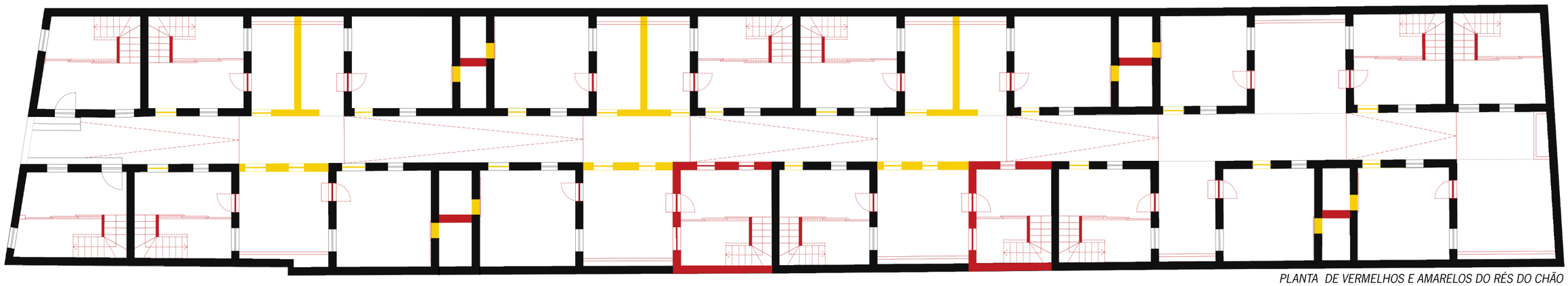
Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular oitocentista*. Fundação Calouste Gulbenkian.

REQUALIFICAR OS ESPAÇOS MÍNIMOS DE UMA ILHA NA RUA DE SÃO VÍTOR NO PORTO

FOLHA DE DESENHO 1



PLANTA DE VERMELHOS E AMARELOS DO 1º PISO



PLANTA DE VERMELHOS E AMARELOS DO RÉS DO CHÃO

A CONSTRUIR

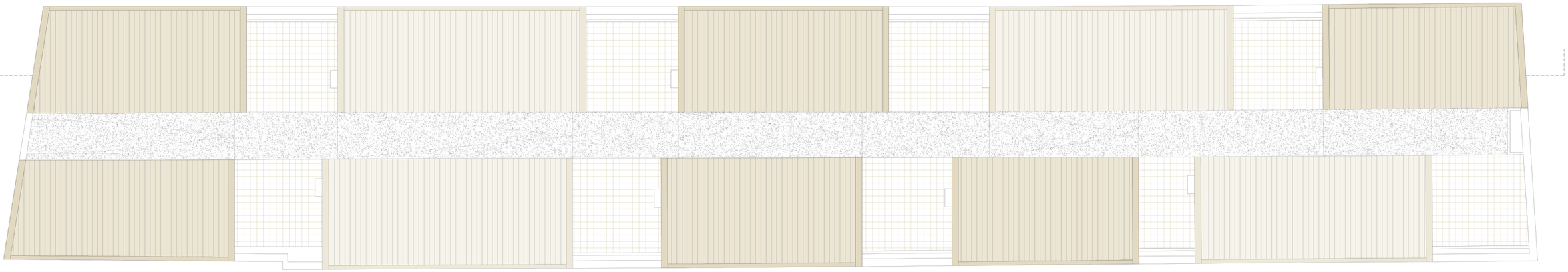
A DEMOLIR

A MANTER

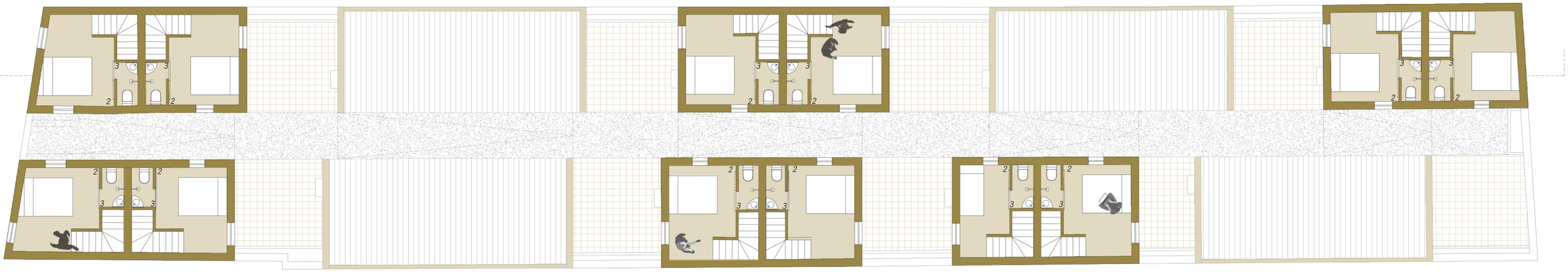
N

0 1 3 5

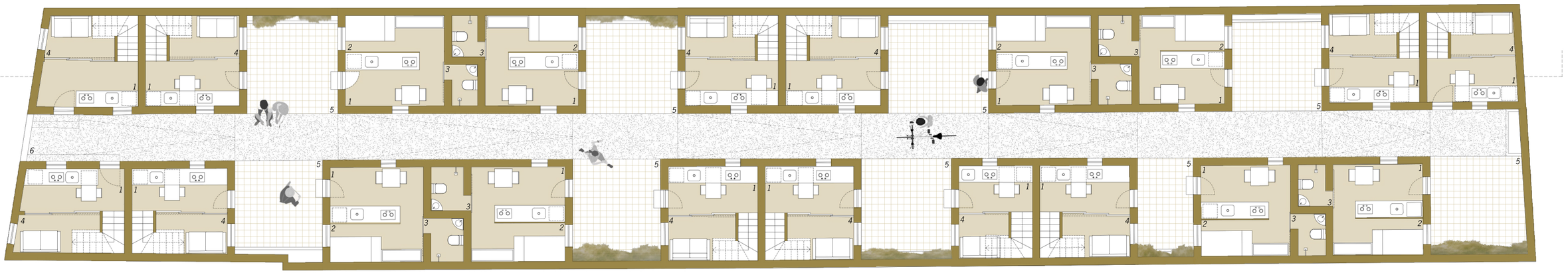
REQUALIFICAR OS ESPAÇOS MÍNIMOS DE UMA ILHA NA RUA DE SÃO VÍTOR NO PORTO



PLANTA DE COBERTURA



PLANTA DO 1º PISO



PLANTA DO RÉS DO CHÃO

1. Cozinha 2. Quarto 3. Instalação sanitária 4. Espaço ambíguo 5. Pátio 6. Espaço de Circulação Pedonal (Corredor)

N

0 1 3 5



ALÇADO POENTE

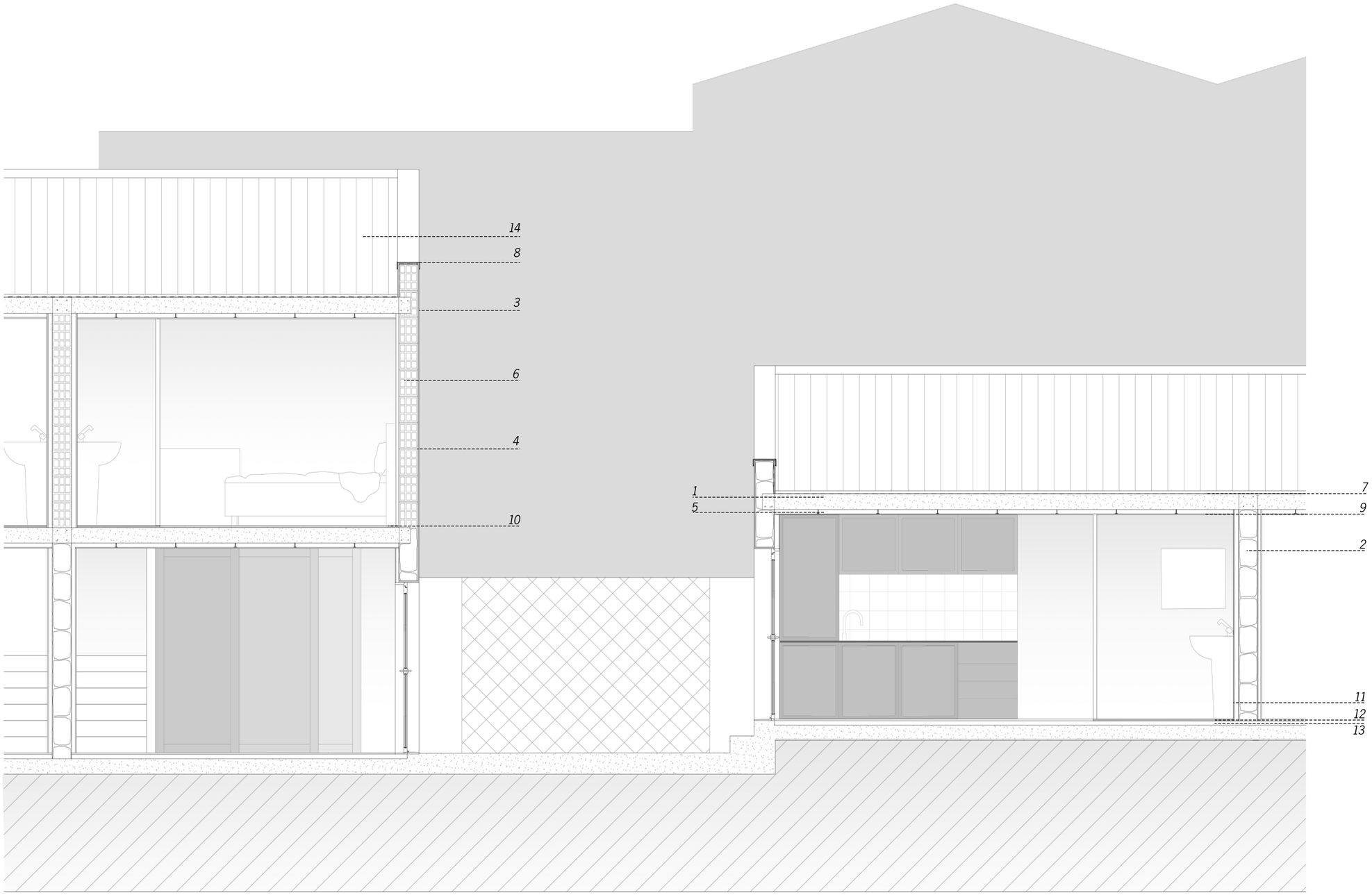


ALÇADO NASCENTE



CORTE LONGITUDINAL

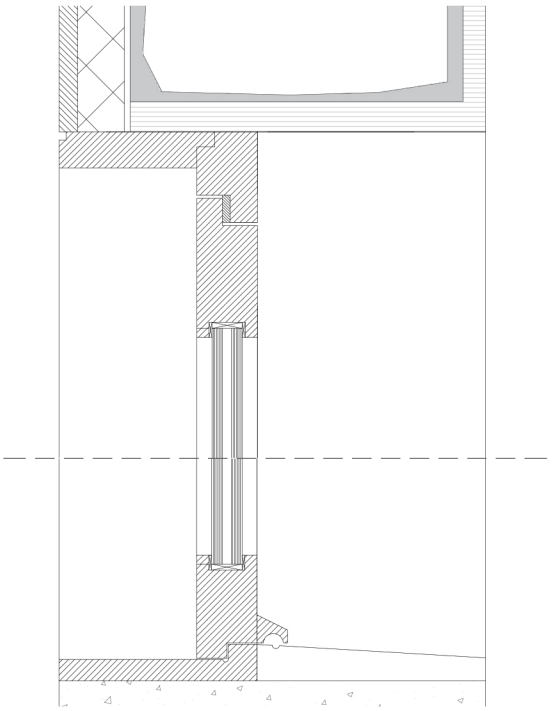
0 1 3 5



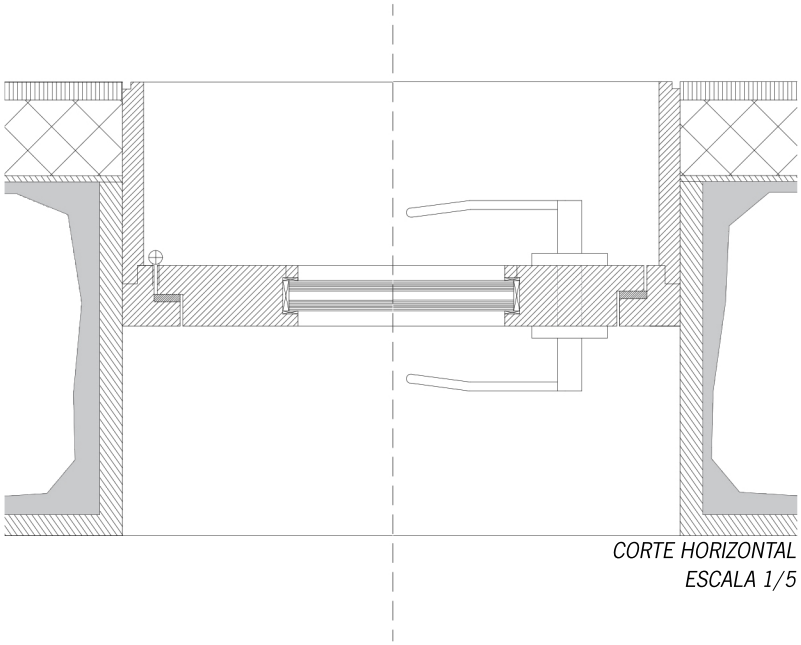
CORTE CONSTRUTIVO DE UMA SECÇÃO
ESCALA 1/50

1. Lage de betão armado
2. Parede estrutural de pedra granítica
3. Reboco
4. Barreira para vapor
5. Isolamento térmico
6. Parede de tijolo
7. Membrana Betuminosa
8. Rufo
9. Placas de Gesso Cartonado
10. Soalho
11. Azulejo
12. Tijoleira
13. Betonilha de regularização
14. Painel Sandwich

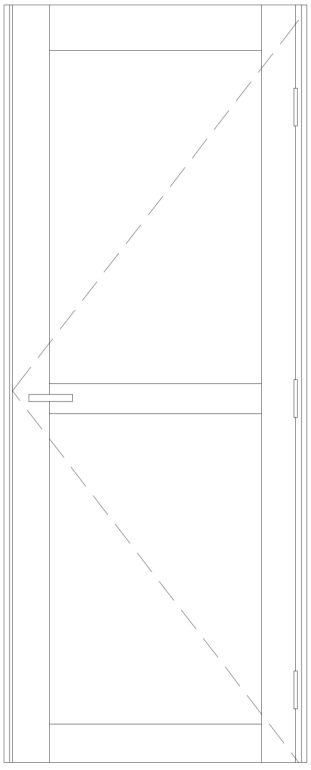
REQUALIFICAR OS ESPAÇOS MÍNIMOS DE UMA ILHA NA RUA DE SÃO VÍTOR NO PORTO



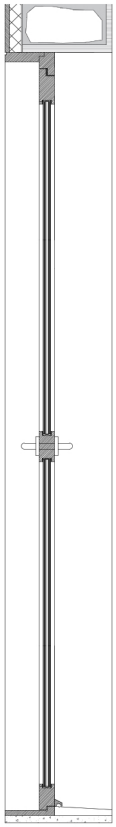
CORTE VERTICAL
ESCALA 1/5



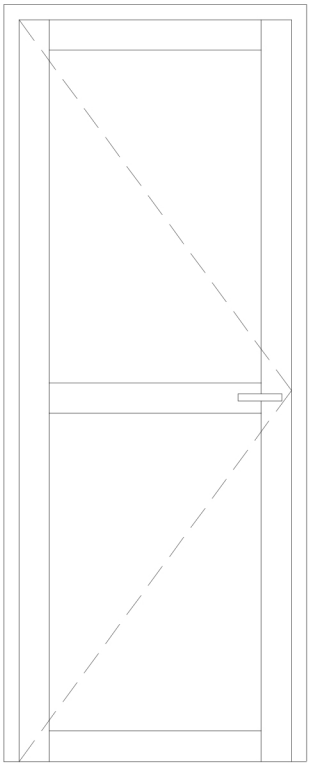
CORTE HORIZONTAL
ESCALA 1/5



ALÇADO VISTA INTERIOR
ESCALA 1/20



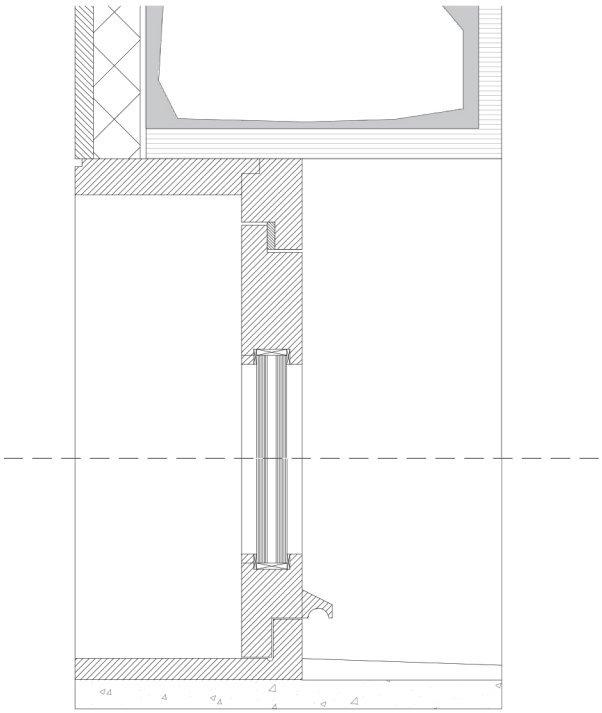
CORTE VERTICAL
ESCALA 1/20



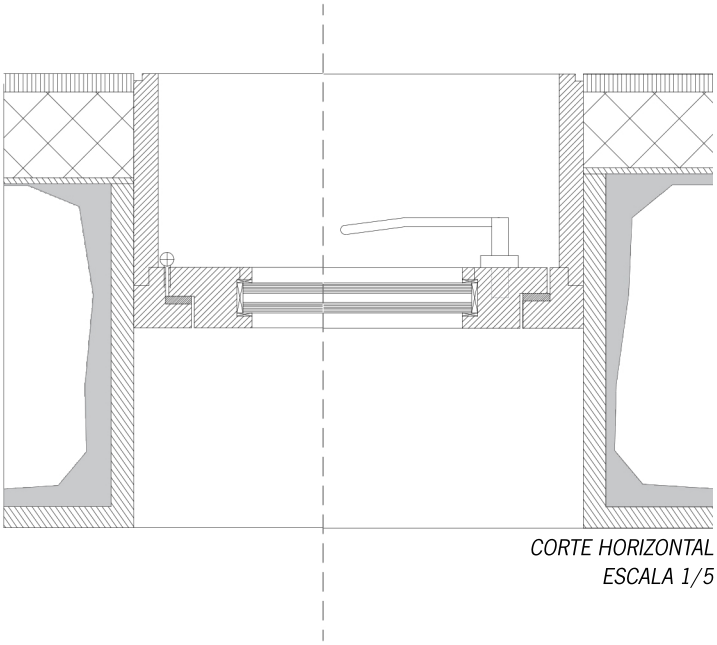
ALÇADO VISTA EXTERIOR
ESCALA 1/20

DESIGNAÇÃO	VÃO EXTERIOR
MATERIAL DE ACABAMENTO	CONTRAPLACADO MARÍTIMO E ACABAMENTO EM VERNIZ DE CERA
DIMENSÃO	0.80M X 2.10M

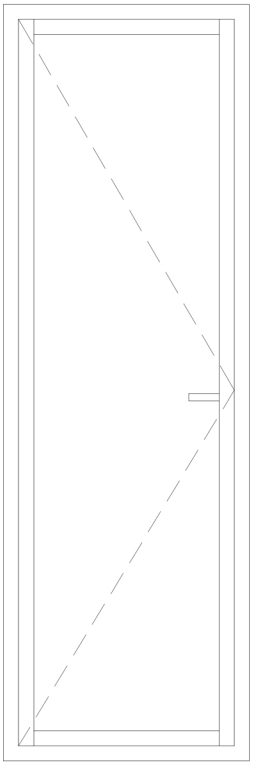
REQUALIFICAR OS ESPAÇOS MÍNIMOS DE UMA ILHA NA RUA DE SÃO VÍTOR NO PORTO



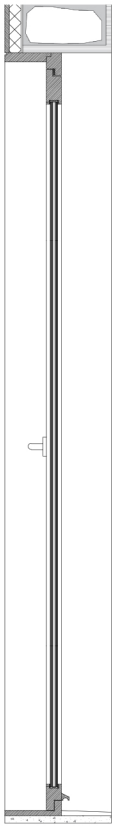
CORTE VERTICAL
ESCALA 1/5



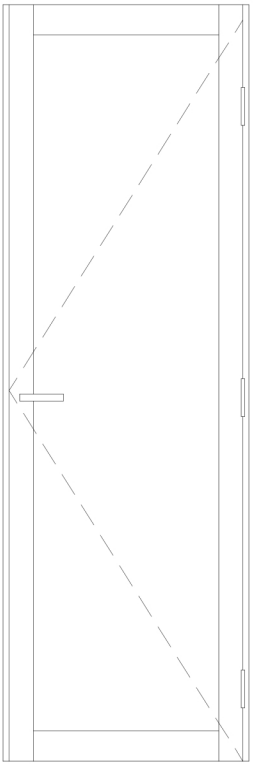
CORTE HORIZONTAL
ESCALA 1/5



ALÇADO VISTA EXTERIOR
ESCALA 1/20

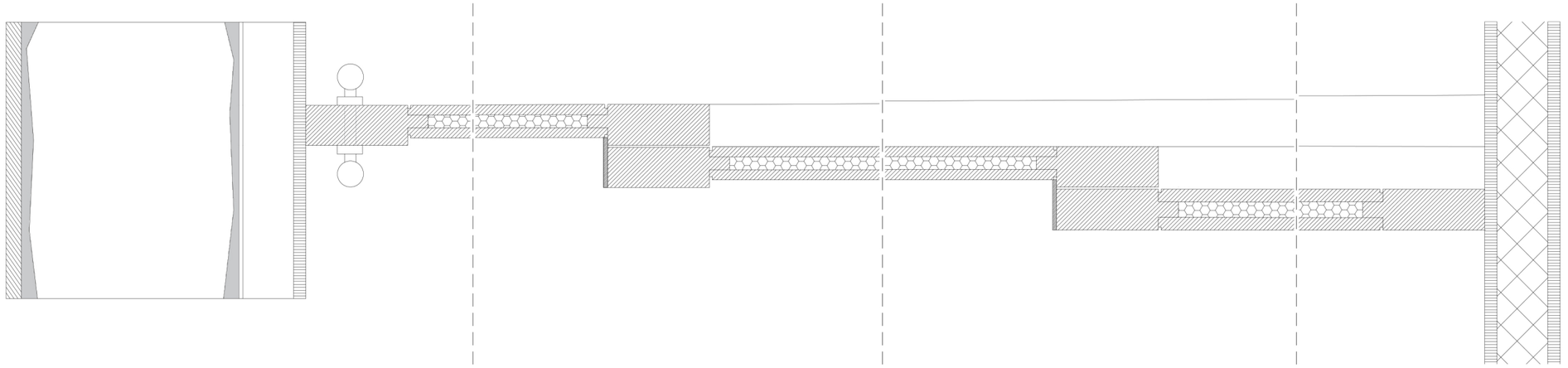


CORTE VERTICAL
ESCALA 1/20

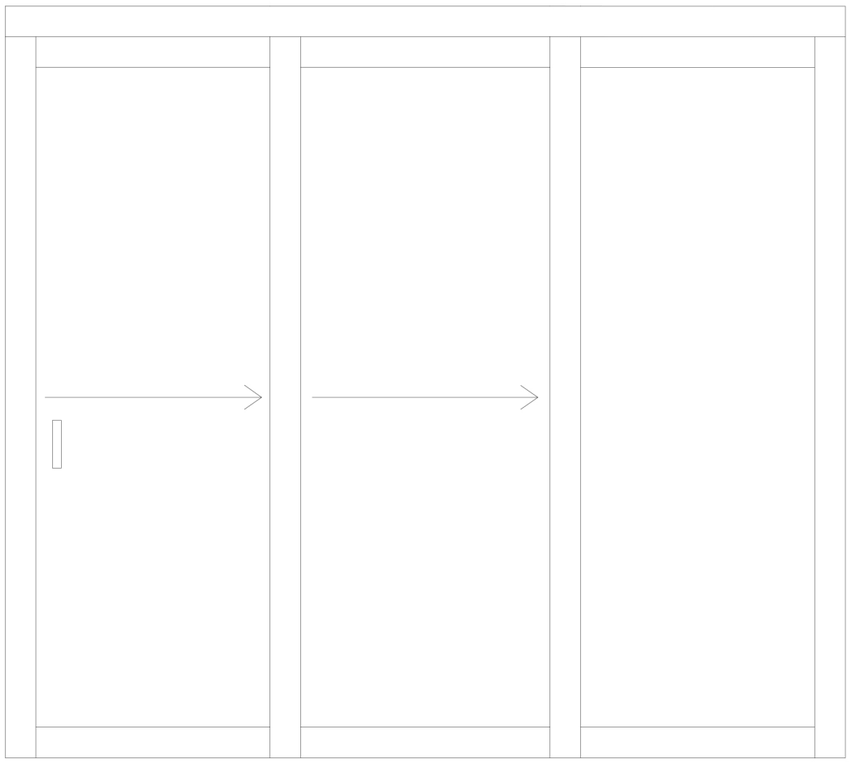


ALÇADO VISTA INTERIOR
ESCALA 1/20

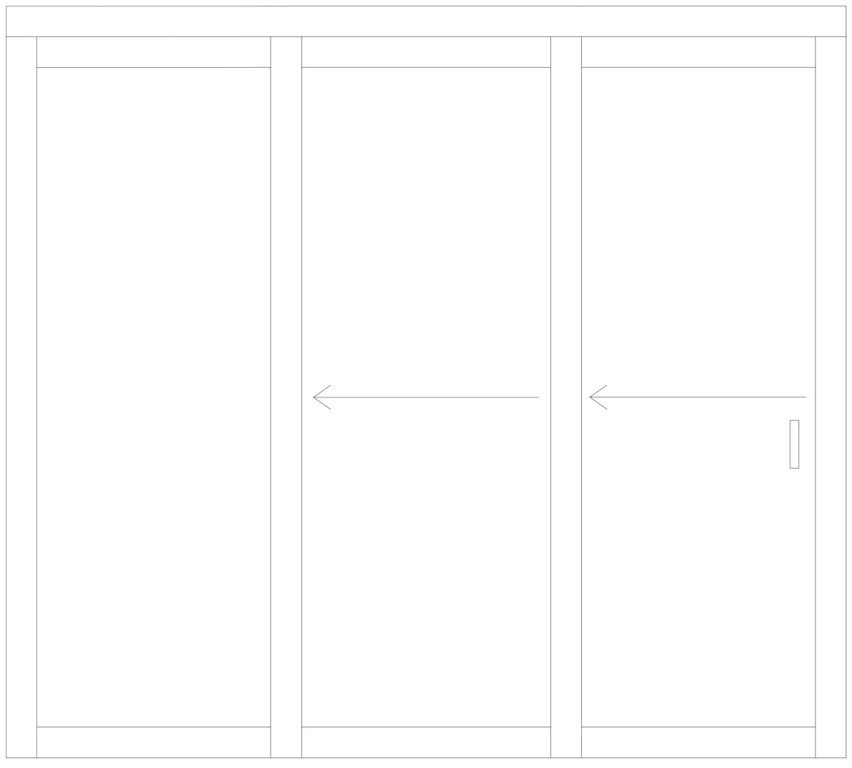
DESIGNAÇÃO	VÃO EXTERIOR
MATERIAL DE ACABAMENTO	PVC - COR ANTRACITE , VIDRO DUPLO
DIMENSÃO	0.70M X 2.10M



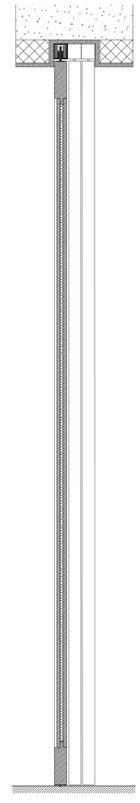
CORTE HORIZONTAL
ESCALA 1/5



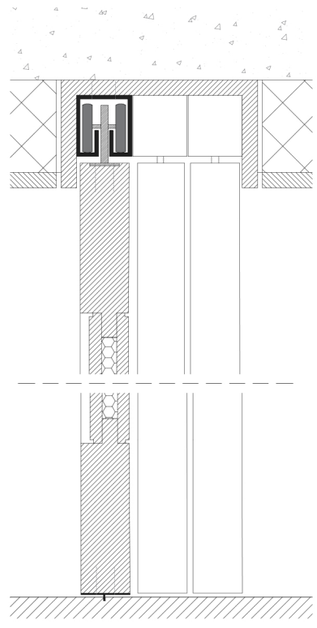
ALÇADO VISTA INTERIOR
ESCALA 1/20



ALÇADO VISTA INTERIOR
ESCALA 1/20



CORTE VERTICAL
ESCALA 1/20



CORTE VERTICAL
ESCALA 1/5

DESIGNAÇÃO	*VÃO INTERIOR*
MATERIAL DE ACABAMENTO	*CONTRAPLACADO MARÍTIMO E ACABAMENTO EM VERNIZ DE CERA*
DIMENSÃO	*2,74M X 2.40M*